



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS
MONOGRAFIA EM LITERATURA

KAMILA OLIVEIRA BORGES

O TRABALHADOR NEGRO NO ROMANCE DE 30
Um estudo de *O moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, e *Jubiabá*, de Jorge Amado

BRASÍLIA
2020

KAMILA OLIVEIRA BORGES

O TRABALHADOR NEGRO NO ROMANCE DE 30

Um estudo de *O moleque Ricardo*, de José Lins do Rego, e *Jubiabá*, de Jorge Amado

Monografia apresentada ao Departamento de Teoria Literária e Literatura da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Letras – Língua Portuguesa e Respectiva Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Edvaldo Aparecido Bergamo

Brasília

2020

Dedico este trabalho a minha família, por acreditar em mim e por todo apoio recebido durante a minha graduação. Obrigada por tudo!

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus por me conceder saúde e forças para superar as dificuldades. Aos meus pais, Maria e Luís Carlos, por todo apoio e suporte durante a minha graduação. Aos meus irmãos, Karla e Higor pelo apoio nessa trajetória acadêmica.

Ao professor Dr. Edvaldo Bergamo pelo suporte e os ensinamentos necessários para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de curso, em especial, a Anna Oliveira e a Joice Passos, que me acompanharam durante essa jornada e propiciaram grandes momentos de alegria na Universidade.

Obrigada!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. O ROMANCE DE 30	7
2. O TRABALHADOR NEGRO NO ROMANCE DE 30	15
3. DO ENGENHO AO MOCAMBO: O <i>MOLEQUE RICARDO</i> E A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA.....	24
4. DO MORRO À CIDADE: <i>JUBIABÁ</i> E A MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO	39
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	60

INTRODUÇÃO

Tendo em vista o cenário político e ideológico do decênio de 30 e as transformações decorrentes do projeto de modernização do Brasil, o presente trabalho tem como objetivo a análise do trabalhador negro nos romances desse período modernista, no qual desperta uma consciência dos escritores para as massas marginalizadas da sociedade. Através dos romances de Jorge Amado e José Lins do Rego, é possível verificar traços de uma mudança sociopolítica e da formação da sociedade brasileira. Tal formação nacional advém de uma sociedade patriarcal e escravista, no qual é presente a exploração do trabalhador e o acúmulo de riquezas pelas classes dominantes.

Desse modo, a passagem da escravidão para o trabalho assalariado demonstra a manutenção da estrutura social e a crescente desigualdade, em especial para os negros, que são excluídos desse processo de urbanização. Tais fatos podem ser explorados no romance *O Moleque Ricardo* (1935), de José Lins do Rego (1901-1957), e *Jubiabá* (1935), de Jorge Amado (1912-2001). As duas obras datam do período da década de 1930, as quais englobam a formação das classes operárias e a aceleração do processo de industrialização do país pelo regime autoritário de Getúlio Vargas.

A representação do trabalhador negro na literatura no romance de 30 leva em consideração essas circunstâncias históricas, os autores assumem uma visão crítica dos problemas gerais da época, além de se colocar ao lado daqueles que sofreram com a herança de 400 anos de escravidão. Nesse sentido, ocorre uma exposição das relações de trabalho e a sua divisão social no contexto das fábricas, da vida urbana e no meio rural, no qual participa ativamente dessa transição de eixo econômico do campo para a cidade. Assim, com o crescimento da população urbana, forma-se também a massa proletária urbana, que é constantemente reprimida pelo Estado autoritário.

Apesar do grande setor econômico e industrial ter se desenvolvido em estados como São Paulo e Rio de Janeiro, os romances aqui analisados tratam dessa urbanização na região do Nordeste, que participa da decadência e superação do modelo de sociedade patriarcal.

Perante essas observações, a primeira parte do trabalho procura versar sobre o romance de 30 (características, aspectos históricos, plano estético e ideológico), de modo a introduzir as influências e a percepção dos escritores sobre a realidade brasileira. Essa fase demonstra uma significativa mudança da forma literária do romance, propondo uma leitura crítica da realidade para a ficção.

A segunda parte irá dissertar sobre o negro na literatura através de uma dialética com as relações de trabalho na sociedade capitalista, desse modo, procura-se fazer uma análise a respeito dos personagens negros como protagonistas e como esses representam de alguma forma a luta operária, que figura a revolução das camadas menos favorecidas, descritas nos romances de 30.

Na terceira parte será analisado o romance de José Lins do Rego, *O Moleque Ricardo*, que tem como protagonista um jovem negro que sai do engenho Santa Rosa, onde era serviçal de um senhor de engenho, e vai em busca de uma vida melhor na cidade. O autor conhecido pelos romances do ciclo da cana-de-açúcar irá explorar a vida do trabalhador urbano nascido na sociedade patriarcal, de modo a inseri-lo na luta proletária.

Assim como na terceira parte, a última tratará da análise do trabalhador negro no romance *Jubiabá*, de Jorge Amado. Aqui será analisado a trajetória do personagem Antônio Balduino, o protagonista negro irá travar uma luta contra a escravidão das ocupações às quais os trabalhadores da sociedade capitalista eram submetidos. Para uma reflexão da representação desses trabalhadores negros no romance de 30, será feito o diálogo com alguns críticos e sociólogos que tiveram como tema a inserção do negro na sociedade de classes, como Florestan Fernandes e Clóvis Moura. Além de contar também com os estudos de Antonio Candido sobre a literatura desse período. Dessa maneira, procura-se elucidar como esses dois romances refletem a realidade dessa população negra no mercado de trabalho, anos após a abolição da escravatura e sua representação ficcional na literatura modernista de 30.

1. O ROMANCE DE 30

O decênio de 30 é um período destacado como de grande fervor cultural, no qual se ampliou a participação de intelectuais e artistas em diversos setores, movidos por fatores econômicos e sociais, além de ser apontado por muitos críticos, como um momento que estabelece uma tomada de consciência ideológica de grandes escritores modernistas. Segundo Bosi (1988, p. 221), “a partir da crise de 30 até o pós-guerra, a prosa do resto do Brasil falou pela boca de um realismo ora ingênuo ora crítico, já não mais modernista em sentido estreito, mas certamente moderno.” Devido a esse período de grande instabilidade política e econômica, muitos escritores modernistas corroboraram para uma prosa cada vez mais crítica, que de certa forma, descreve o cenário daquela época.

No que diz respeito a expressão “romance de 30”, Bueno (2007), em seus trabalhos, tenta defini-la como aquelas publicações que figuram os problemas sociais ou espirituais e sua abrangência vai desde o final da década de 1920 até o final de 1930. Segundo o autor, “trata-se do romance realista que focou sua atenção na realidade brasileira a partir de uma perspectiva pessimista.” (BUENO, 2007, p. 143). Desse modo, muitos críticos compreendem que o romance de 30 seria uma fase mais madura do modernismo, diferindo daquele que teve início na Semana de Arte Moderna em 1922.

Com efeito, o início do decênio de 20 revela-se como um importante período para quebrar os antigos moldes e técnicas utilizadas na literatura. Oswald de Andrade, um dos precursores do modernismo nessa fase, relata em uma de suas entrevistas sobre a necessidade da formação de uma arte nacional, que tinha como um dos objetivos apresentar o Brasil aos estrangeiros, segundo ele, uma “reação contra a cópia das artes estrangeiras e a luta para a formação da nossa arte” (BOAVENTURA, 1990, p. 56). A proposta é que seja feita uma arte livre, independente, rompendo com a estética tradicional, conferindo um sentimento de libertação, o que Oswald chama de “saltar do bonde”.

O movimento modernista trouxe como proposta um espírito novo, uma arte nacional e uma língua brasileira, que representasse esse momento de consciência e libertação do colonialismo e do academicismo. Essa necessidade de um projeto nacional continuou em voga na medida em que passou a dar lugar a uma

consciência social e politizada a partir de um contexto histórico real. Esse senso de realismo leva os escritores ao interesse pela luta de classes, e acaba por se deslocar para outras regiões do país, deixando um pouco de lado os grandes centros urbanos para retratar as classes menos favorecidas (o pobre, o negro, o trabalhador rural e urbano, e a cultura dessa população marginalizada).

Posto isso, Lafetá (2000) vai propor uma análise acerca desses dois momentos da história literária, que segundo ele, se divide em projeto estético e projeto ideológico. No projeto estético, no qual muitos autores denominam como fase heroica, as discussões recaem sobre a linguagem e com o fazer estético, além da ruptura com a literatura de importação visando o resgate da cultura primitiva. Ao passo que, o projeto ideológico estaria centrado nas mais diversas visões sociais e ideológicas da sociedade pelos artistas da época. Essa seria a diferença entre as duas fases segundo o autor que complementa que “o Modernismo, por volta de 30, já teria obtido ampla vitória com o seu programa estético e se encontrava, portanto, no instante de se voltar para outro tipo de preocupação.” (LAFETÁ, 2000, p. 28).

Todavia, Lafetá salienta que esses dois projetos se articulam e se complementam e afirma que:

[...] na verdade o projeto estético, que é a crítica da velha linguagem pela confrontação com uma nova linguagem, já contém em si o seu projeto ideológico. O ataque às maneiras de dizer se identifica ao ataque às maneiras de ver (ser, conhecer) de uma época; se é na (e pela) linguagem que os homens externam sua visão de mundo (justificando, explicitando, desvelando, simbolizando ou encobrindo suas relações reais com a natureza e a sociedade) investir contra o falar de um tempo será investir contra o ser desse tempo. (LAFETÁ, 2000, p. 20).

Ainda assim, o autor diz que é possível estabelecer diferenças entre os projetos ideológicos das duas fases, sendo o primeiro marcado pelo anarquismo, com uma nova visão a respeito do país e com críticas a idealização da representação de estruturas da sociedade e à classe burguesa, empregando na maioria das obras um tom satírico, porém, ainda com representações pitorescas da realidade. Já os anos 30 apresentam uma percepção dos problemas sociais, com a figura do proletariado, do camponês, no qual visa deixar de lado essa euforia, essa tentativa de transformação do quadro cultural do país, “trata-se de reformar ou revolucionar essa realidade, de modificá-la profundamente, para além (ou para além...) da proposição burguesa [...]” (LAFETÁ, 2000, p. 30).

Ainda sobre essa questão dos dois projetos do modernismo, estético e ideológico, Bueno (2006, p. 64) constata que os decênios de 20 e 30 na literatura são duas fases de um mesmo momento, com um mesmo projeto estético e um mesmo projeto ideológico, e afirma que se um momento ressalta ou o projeto estético ou determinado projeto ideológico, “ele só pode ser continuidade de um momento anterior se nesse primeiro instante for possível localizar um mesmo projeto ideológico (ou estético), ainda que posto à sombra de um projeto estético (ou ideológico).” Não obstante, ele concorda com Lafetá, no que diz respeito à ênfase apresentada em cada uma dessas fases.

Candido (1989) faz uma crítica ao destacar que muitos escritores, sejam eles com posicionamentos de esquerda ou de direita, acabaram por deixar a estética em segundo plano ao se preocuparem estritamente com os problemas da sociedade, da mente ou da alma. Segundo ele, “não se deseja emocionar nem suscitar a contemplação, mas causar choque no leitor e excitar a argúcia do crítico, por meio de textos que penetram com vigor mas não se deixam avaliar com facilidade.” (CANDIDO, 1989, p. 213). Sendo assim, pode-se entender que houve uma indiferença aos aspectos estéticos da literatura, muitas vezes achando-os prejudiciais ao impacto, porém, esquecendo-se que esses aspectos estruturais e estilísticos são a sua base e condição.

Apesar desse problema descrito pelos críticos, é plausível destacar a linguagem utilizada pelos escritores modernistas do romance de 30. Uma linguagem simples que representa a língua brasileira, e de certo modo, vai ao encontro do projeto “marioandrado”, como bem salienta Marques (2015, p. 68) em seu artigo. Essa construção de uma língua “natural” e próxima a fala popular, é encontrada em muitas das obras dos escritores do decênio de 30, entre eles, José Lins do Rego. Todavia, não é mais aquela língua de Macunaíma em busca de uma identidade, o que pode gerar um modelo artificial, porém, o romance de Mário de Andrade contribuiu e abriu portas para os romancistas que viriam em seguida.

Podemos perceber que esse movimento iniciado em 1922 se aproxima de alguns movimentos anteriores na tentativa de inovação, ou seja, na intenção de criar uma arte nova, porém, difere no que Candido (1989) chama de “consciência do subdesenvolvimento”, à medida que deixa para trás a narrativa de “país novo”, com a idealização da pátria e ainda marcado pelas influências europeias e passa a uma

representação literária e cultural do país subdesenvolvido, com um viés político e com a representação dos problemas sociais.

É perceptível na ficção regionalista do romance de 30 essa nova visão de país subdesenvolvido, ao tematizar, por exemplo, a miséria humana e social das populações, desde o operário aos camponeses, ainda que seja muitas vezes marcado pela indignação. Contava-se a realidade, por exemplo, do Nordeste, não mais como “objeto de contemplação estética” como menciona Candido (1989), mas como uma região muitas vezes esquecida e assolada pela seca, ou uma sociedade patriarcal em decadência em um país que se predizia em desenvolvimento, marcado pelo início da industrialização e com perspectiva urbana. A partir daí, é possível mencionar grandes autores, como José Américo de Almeida, que deu início ao romance regionalista do período de 30 com a publicação de *A bagaceira* (1928), além de Graciliano Ramos, Raquel de Queirós, Jorge Amado e José Lins do Rego.

Esse foco na realidade local deve-se como mencionado, a visão do atraso e com a identificação com os oprimidos, desde o uso da linguagem até o contexto em que a narração é desenvolvida, com aspectos culturais. Como consequência dessa imagem regionalista, além dos fatores sociais, encontravam-se também fatores econômicos, como explica Santini em seu artigo:

O Nordeste havia perdido o domínio sobre o capital nacional desde o início da transformação dos meios de produção e do desenvolvimento e urbanização da região Sudeste, de modo que a reivindicação de relevância no quadro cultural do país corresponde, também, uma espécie de resposta à decadência econômica e ao esfacelamento das estruturas sociais historicamente erigidas sob o cultivo da cana-de-açúcar. (SANTINI, 2015, p. 177).

Dessa forma, a representação literária versa pelo desenvolvimento econômico, em um momento de tensões políticas. Aí adentramos no cenário político e social vivido na época, no pós-revolução de 30 que constituiu uma ruptura no processo histórico brasileiro com o fim do sistema oligárquico. Vargas com sua imagem paternalista assume o poder e com ele a expansão da indústria se deu de maneira mais acelerada, mudando os moldes econômicos, antes baseados na exportação, especialmente do café, que teve impasses insolúveis com a crise de 1929.

Devido a isso, ocorre uma decadência também da sociedade patriarcal, e em virtude da industrialização e urbanização, uma grande população rural migra para a

cidade formando uma mão-de-obra excedente. Com o crescimento acelerado dos centros urbanos, surge não só uma nova burguesia, mas também a classe média e o operariado urbano. Porém, o que não muda são as relações de poder, que mantêm as mesmas mazelas e condições daquelas vividas pelos trabalhadores no setor rural, ou seja, a desigualdade e os papéis sociais dos indivíduos continuam os mesmos, a partir de um processo de modernização conservadora que se faz excludente.

Sendo assim, podemos conferir que o interesse dos escritores do decênio de 30 pelas massas se deve, inclusive, por esse processo de consciência acerca das contradições da própria sociedade, onde uma grande parcela da população se via em uma economia de subsistência e esses intelectuais e escritores passam a reconhecer o abismo existente entre essas camadas. Para Gil (1999), pensar nessa dualidade do país indica uma mudança de ótica dos escritores que acabam por compreender e interpretar em suas obras a realidade nacional por meio dos problemas que ainda assolam o país.

Vargas através de uma política de centralização do poder e ideais fascistas utilizava-se de algumas armas para continuar no comando e impedir qualquer tipo de ameaça. Segundo Dutra (2012):

Ordem, família, pátria, moral, trabalho, propriedade, autoridade e obediência são temas que confluem para o objetivo da preservação da ordem social, para o saneamento da sociedade, para reforçar os poderes da família, da Igreja, do Estado, da polícia, dos empresários. (DUTRA, 2012, p. 24).

A partir dessas concepções, ocorre também a oposição a essas virtudes através da Aliança Nacional Libertadora (ANL) com “propostas de reformulação da sociedade”, através da luta contra o imperialismo, a favor de uma reforma agrária e também em prol da luta de classes. A partir daí, todos os mecanismos totalitários e opressivos são acionados diante de uma “ameaça comunista” e a favor de uma “ordem moral”, sendo assim, o governo utiliza-se de alguns sistemas repressivos como a Lei de Segurança Nacional e o Tribunal de Segurança Nacional.

Na literatura e especialmente no romance de 30, esse engajamento político é visualizado em duas frentes políticas: os escritores declarados de esquerda ou de direita. Segundo Lafetá (2000, p. 30), “os escritores e intelectuais esquerdistas mostram a figura do proletário (*Jubiabá*, por exemplo) e do camponês (*Vidas secas*)

instando contra as estruturas que os mantêm em estado de sub-humanidade.” Enquanto a direita luta contra essa nova corrente modernista e mantém posições conservadoras, ou seja, preza pelo tradicionalismo, através de uma literatura com ideais religiosos, como o catolicismo presente na época.

Nesse âmbito, destaca-se Gilberto Freyre como autor tradicionalista e Octávio de Faria, que conforme Bueno (2006, p. 49), teria sofrido uma espécie de censura dos críticos, uma espécie de restrição a autores com “pensamento reacionário”. Nesse sentido, Jorge Amado e Octávio de Faria representariam os dois lados da moeda, pois os dois escritores versavam sobre ideias opostas e com fervor político. Octávio de Faria constituiu-se como oposição ao romance proletário e das massas, mas de certa forma, representaria o quadro político vivido na época, sobre isso, Bueno declara que:

As classes mais altas — aquilo que podemos chamar de “o mesmo” em relação ao universo do intelectual — não foram banidas do romance brasileiro nesses anos. Seja pelo perfil ideológico dos autores — eram no geral católicos —, seja pela preferência em si por personagens que pertencessem à burguesia para viver os dramas de seus romances, a percepção que predominou foi a de que essa seria a “outra via” da produção literária daquele momento em relação ao romance proletário, em tudo oposta a ele. (BUENO, 2006, p. 270).

Dessa maneira, essa estratégia de oposição deve-se, entre outras coisas, ao sentimento de preservação e ameaça aos valores e costumes tradicionalistas, que vinham sendo abalados pela nova corrente modernista a partir de ideais contrários a esses preceitos ideológicos e pela ideia de revolução. A revolução é representada como promessa para a esquerda e medo para a direita, posto que a ANL já havia feito uma tentativa de golpe contra o governo de Getúlio Vargas, o que projetou na verdade o chamado de Estado Novo, através de uma suposta ameaça comunista em 1935.

Segundo Candido (1989, p. 188), além do aumento pelas correntes de esquerda, ocorreu também uma propagação das editoras e livrarias por obras sobre “anarquismo, marxismo, sindicalismo, movimento operário.” Incluindo também, alguns livros de orientação marxista, daí vêm noções como “luta de classes, “espoliação”, “mais-valia”, “moral burguesa”, “proletariado”, ligados à insatisfação difusa em relação ao sistema social dominante.” Dito isso, conclui-se que foram

muitos os escritores declarados de esquerda, incluindo Jorge Amado, Graciliano Ramos, e simpatizantes como José Lins do Rego.

Daí parte esse agravamento da luta ideológica nessa fase, que na verdade abre debate para um passado que ainda reflete nas relações sociais e econômicas do presente, que vem desde a monarquia, perpassa pela Abolição, e repercute nas relações de trabalho e marginalização dos negros. Não é à toa que o operariado ganha destaque no romance de 30, tendo em vista o seu crescente número dentro da sociedade e a exploração da sua mão-de-obra. Como consequência, surgem também os sindicatos trabalhistas e ampliam as greves, em decorrência da situação degradante que se vivia no contexto das fábricas e comércios.

O trabalho é revelado como um dos valores e virtudes daquele período, tanto que foi utilizado como objeto de campanha por Getúlio Vargas, que através da aproximação com a classe trabalhadora se manteria no poder, mas não deixando de lado os interesses da burguesia que tentava reconstituir os mecanismos disciplinantes para alcançar os seus objetivos. Porém, o perfil ideal de proletário é aquele disciplinado, que ama e defende a sua pátria. E aqueles que não querem servir ao trabalho são vistos com desprezo, assim como afirma Dutra (2012):

No mundo idealizado do trabalho, aqueles que o recusam têm em si projetados todo o mal que a sociedade laboriosa e disciplinada quer expurgar: o desânimo, a ignorância, o desleixo, a indolência, a sensualidade, o vício, a corrupção, a doença, a indisciplina, a fraqueza. (DUTRA, 2012, p. 281).

Ainda segundo a autora, aqueles operários ligados ao comunismo são vistos como “patriotas humildes” que são enganados e influenciados por doutrinas extremistas, negando a existência de uma mentalidade e constituição do movimento operário.

(...) todos os movimentos feitos, e que se fazem, os operários são meros instrumentos, meros braços, nada mais que isso. Eles constituem o corpo do movimento e não a cabeça (...) os outros pensam para eles e eles executam, cumprem fielmente o que os outros pensaram, idealizaram. (VEIGA, 1934, p. 6).

Ainda sobre o cenário político, Dutra (2012, p. 323) afirma que a questão operária de 1935, ano da publicação dos dois romances aqui em questão, virou “caso de segurança de nacional”, através da “intervenção nos sindicatos, a cassação

de suas lideranças, a prisão de operários”. Nesse contexto, é perceptível as transformações ocasionadas pela Revolução de 30, que instaura um novo projeto político e de modo consequente, a reestruturação das elites. Segundo Decca (2004), essa revolução de 30 ocultou o próprio conflito da luta de classes que se desenvolvia nesse período, silenciando a camada popular da sociedade.

Logo, intelectuais desse período veem-se diante de novas possibilidades de atuação decorrentes dessas mudanças sociais, para expressar seus posicionamentos e a sua influência no meio literário. Abre-se leque para outros tipos de personagens, que tematizariam essas transformações sócio econômicas do país, assim como a inquietação popular. Apesar da maioria dos escritores participarem em algum momento dessa elite burguesa, nas palavras de Candido (1989, p. 43) esses tentavam se “desarbuguêsar”, deixando de lado os valores culturais de sua origem social, e não mais fazendo um romance para a classe, mas aceitando o povo, com um “reajustamento do sistema de equilíbrio social e literário”.

Para Miceli (1979), se estabelece uma relação entre os “personagens-chaves” dos romances de 30, e a vida dos autores, que de maneira ficcional, acabam por figurar a trajetória desses escritores e suas experiências de forma problemática. Tal representação se deve singularmente a vivência da passagem de uma época a outra, do tradicional ao moderno, condicionando os seus ideais, e o seu modo de ver e interpretar o país.

2. O TRABALHADOR NEGRO NO ROMANCE DE 30

A partir do cenário político e ideológico do decênio de 30 e as mudanças econômicas e sociais no seio da sociedade - transpostas por um desenvolvimento capitalista tardio - é corroborado a representação da realidade brasileira e do elemento popular na nossa literatura. A prosa aparece cada vez mais amadurecida e assumindo um tom crítico, visto a necessidade dos escritores em se inserir nessa modernização nacional, porém, marcada pelo peso do passado. Sendo assim, nesse período são compartilhados os dramas do país periférico, tendo em vista que é nesse contexto que ocorre a difusão da classe operária mediante o desenvolvimento da industrialização.

Em meio à projeção das massas excluídas, verifica-se o problema da formação do trabalho assalariado e livre, que é uma das consequências vitais para a marginalização dos negros na sociedade do final do século XIX e início do século XX. Por conseguinte, temas como o êxodo rural e a problemática da vida nas cidades também ganham destaque no romance de 30, além da decadência rural e a vida do trabalhador no campo e na cidade. Todas essas temáticas aparecem correlacionadas, visto que tem a ver com todo o processo de formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, é sintomático que os escritores desse período optassem por aquele que seria a representação dessa sociedade, culturalmente e socialmente. O negro que desde o período colonial é excluído e exercia papéis secundários na literatura, passa a ganhar destaque nesse movimento, em especial com personagens que expressam a indignação e o seu desajustamento com a sociedade vigente, que ainda era construída através dos moldes escravistas.

Através desse traço de consciência social, os escritores realizam uma espécie de pesquisa social, no qual é marcante nas obras de Gilberto Freyre e que na opinião de Antonio Candido (2006), os ensaios histórico-sociológicos do autor de *Casa-grande e Senzala* (1933) são de extrema importância para o desenvolvimento desse período modernista e da inserção do negro:

A obra de Gilberto Freyre assinala a expressão, neste terreno, das mesmas tendências do Modernismo, a que deu por assim dizer coroamento sistemático, ao estudar com livre fantasia o papel do negro, do índio e do colonizador na formação de uma sociedade ajustada às condições do meio tropical e da economia latifundiária (*Casa-grande e senzala, Sobrados e mucambos, Nordeste*). (CANDIDO, 2006, p. 131).

Ainda que seus estudos tenham sido alvo de críticas a respeito de uma visão romantizada de senhores e escravos na sociedade patriarcal, seus livros aparecem como grande fonte sobre o período colonial brasileiro. Um dos críticos de Freyre foi o sociólogo Clóvis Moura, que desfaz o mito da democracia racial construída no interior da classe dominante. No que concerne à representação do negro na literatura, Moura (1988, p. 26) afirma que é uma visão ainda estereotipada, marcada pela cultura europeia do herói branco, desprezando a realidade brasileira. Para ele, o negro era suprimido pela “exaltação do índio, mas um índio distante, europeizado, quase um branco naturalizado índio.” Dessa forma, a literatura correspondia aos moldes da sociedade branca, com personagens que não participavam da “luta de classes” como o negro, correspondendo a valores de um Estado escravista e alienante.

Para tal concepção, podemos citar o período romântico, que assumia um projeto nacionalista, no qual o índio é idealizado e projetado como herói nacional. Segundo Candido (1989), havia uma idealização dos literatos a respeito da mestiçagem do país:

Assim, o índio era europeizado nas virtudes e costumes (processo tanto mais fácil quanto desde o século XVIII os nossos centros intelectuais não o conheciam mais diretamente); a mestiçagem era ignorada; a paisagem, amaneirada. No período 1900-1920, vimos que o caboclo passou por um processo de idealização. (Candido, 1989, p. 126).

Nega-se então a presença negra na sociedade, através do preconceito que se estendia em vários setores, transpondo uma visão politizada de soberania da classe dominante. Tal qual, que esse período é marcado por escritores que foram estudar fora do país e traziam de lá a bagagem que lhe interessava expressar e não refletia a realidade da nação. É nesse sentido que Machado de Assis é criticado pelo sociólogo Clóvis Moura, que cita a necessidade do autor, que presenciou a abolição da escravidão, de querer branquear os seus personagens e heróis.

O antropólogo Kabengele Munanga (1999) também faz a sua crítica, pois segundo ele, o escritor machadiano retrata apenas a classe média branca e tem o negro apenas como elemento decorativo, além de utilizar um português acadêmico, afastando-o das suas raízes. Como ressalva, Moura (1988) aponta Castro Alves como àquele que apresenta o negro como personagem ativo e humanizado,

diferente de Gonçalves Dias que ostenta uma visão estigmatizada do negro como perturbador, comumente representado como anti-herói.

O que Moura defende e que é ausente nessa literatura é a igualdade entre brancos e negros, pois o último pode até exercer algum papel subalterno como escravo nobre, vítima do sistema escravocrata, porém, não exerce seu papel de protagonista em suas lutas e resistências, como sujeito consciente e revolucionário que não aceitava passivamente a opressão racial.

É importante salientar que essa visão dos intelectuais e pensadores brasileiros tem a ver com o processo de libertação e inserção do negro na sociedade. Após o fim do sistema escravista, havia ainda a questão da construção de uma identidade nacional que para elite brasileira era problemática, pois o país tinha uma grande diversidade racial. Sendo assim, o pensamento de muitos intelectuais era que negros e mestiços fossem inferiores aos brancos e que só servissem como força de trabalho. Esses últimos, advindos de uma mistura de raças, eram considerados como degenerados e símbolos de atraso para o Brasil, o que reforça a necessidade de branqueamento da população. Nesse caso, os grupos excluídos deveriam assimilar a cultura e os ideais brancos, que tinham como modelo os princípios europeus e tendo em vista uma hegemonia branca como identidade nacional sendo desprezada a sua identidade negra.

Nesse sentido, é negado a diversidade étnica e cultural presente no Brasil. Como reflexo dessa ideologia de branqueamento, havia o desejo dessa população negra e mestiça de ingressar nessa sociedade e para isso, teriam que assimilar e deixar de lado alguns elementos da sua cultura de matriz africana. Isso gera, segundo Munanga, um processo de alienação e negação de suas identidades e dificulta o sentimento de solidariedade e identificação desses com o seu passado e lutas. É possível compreender que, diferente dos Estados Unidos, não ocorre aqui a mesma revolta e protestos contra o racismo, pois se tentou projetar uma democracia racial que para Florestan Fernandes não passa de um mito, o que prejudica a tomada de consciência desses sujeitos.

Por esse motivo, Munanga (1999, p. 90) defende que uma das consequências dessa tentativa de branqueamento e assimilação é a “negação absoluta da diferença”, ou seja, a intolerância e o etnocídio dos grupos dominados. Segundo o autor, na construção dessa identidade brasileira, não foi discutida a possibilidade de

uma sociedade plural, o que gerou uma alienação daqueles grupos excluídos dessa ideologia branca:

Por isso, vejo difícil à tomada de consciência ao nível grupal dos diversos mestiços (mamelucos, mulatos e outros) para se auto proclamarem como povo brasileiro, com identidade própria, mestiça. Esse processo teria sido prejudicado pela ideologia e pelo ideal do branqueamento. Se todos (salvo as minorias étnicas indígenas), negros, mestiços, pardos - aspiram à brancura para fugir das barreiras raciais que impedem sua ascensão socioeconômica e política, como entender que possam construir uma identidade mestiça quando o ideal de todos é branquear cada vez mais para passar à categoria branca? (MUNANGA, 1999, p. 108).

Nesse caso, não só a elite política como também a intelectual esteve à frente de discursos sobre a formação da nação, como Silvio Romero e Nina Rodrigues. Poetas como Domingos Caldas Barbosa, Manuel da Silva Alvarenga, Gregório de Matos e João da Cruz de Souza, são considerados por Munanga como escritores negros que foram atingidos pela “estética da brancura”. Por esse motivo, muitas obras literárias foram marcadas pela ausência da diversidade existente no país, como que correspondessem ao projeto estético europeu e negando as suas matrizes africanas, uma maneira também de se inserir nos grupos das classes dominantes, modelo tido como superior, além de alguns escritores negros apresentarem como pressuposto que a questão econômica poderia elevar além da sua condição, a sua raça.

Nascimento (1978) em seus estudos afirma que nas obras de Jorge Amado ocorre uma negação da cultura afro-brasileira, o que leva a crer que muitos escritores se aproveitam das manifestações culturais africanas para fins lucrativos. Alguns estereótipos registrados na literatura segundo Nascimento é o do “negro bom” como “estereótipo da submissão”; “o negro ruim” como “estereótipo da crueldade inata, sexualidade desenfreada, imundície, preguiça e imoralidade”; e o estereótipo do “mulato livre” como “ vaidade pretensiosa e ridícula” (NASCIMENTO, 1978, p. 127). Esse último é manifestado dentro desse contexto de formação social brasileira, no qual se estigmatizavam os negros livres como “vagabundos” ou “malandros”.

Para efeito, o período de 30 se destaca por retornar o debate acerca da formação da identidade brasileira. Com os estudos do sociólogo Gilberto Freyre, é reconstruído o debate sobre o conceito de raça, porém, com enfoque na cultura e no contexto da família patriarcal, que para ele, recebeu grandes contribuições de negros, mestiços e índios em seus costumes. O que revela uma necessidade de

Freyre em destacar os aspectos positivos da mestiçagem, que antes era tratada sem nenhum benefício, e sim como forma de degradação e rebaixamento do povo brasileiro, porém, oculta os conflitos raciais à medida que apagam as suas identidades. De acordo com Ramos, “as culturas negras, em contato com as culturas brancas, não só aceitaram os padrões desta, ou se adaptaram aos mesmos, como lhes emprestaram muitos dos seus próprios elementos” (RAMOS, 1946, p. 363).

Todavia, é nesse período que se destaca, por exemplo, a “Frente Negra”, que decorre da necessidade de combater o racismo presente em vários âmbitos da sociedade. Os historiadores a consideram como o primeiro movimento negro do país, nascida em São Paulo e criada em 1931. Contudo, assim como ocorreu com outras organizações políticas, foi retida em 1937 pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas. Ainda assim, foi um movimento que mostrou a união dos negros e um espírito de coletividade e luta pelos seus direitos.

Podemos concluir que a Frente Negra Brasileira foi uma entidade extremamente representativa dos desejos e aspirações da população negra da década de 30. Ela desempenhou, na história do negro brasileiro, um lugar que o Estado não ocupou em relação à população negra: ofereceu escola, assistência na área de saúde e social, e teve uma atuação política muito marcante. (MUNANGA, 2006, p. 120).

Na visão da FNB, a integração do negro se faria através da educação e pelo comportamento “civilizado” do negro na sociedade de classe, ou seja, por mais que reconhecesse a discriminação de sua raça, eles ainda carregavam o estigma de que eram inferiores aos brancos, o que impede também a formação de um movimento mais assertivo, através das mobilizações políticas.

No que concerne à literatura, o modernismo, nas palavras de Candido (2006), “rompe com este estado de coisas”, pois atinge uma consciência literária capaz de realocar os papéis atribuídos aos elementos recalcados da nossa literatura brasileira. A partir dessa concepção, Candido afirma que “o mulato e o negro são definitivamente incorporados como temas de estudo, inspiração, exemplo. O primitivismo é agora fonte de beleza e não mais empecilho à elaboração da cultura” (CANDIDO, 2006, p. 127). Nesse caso, as contradições da sociedade são colocadas em evidência, como já especificado, os intelectuais são influenciados pelo contexto econômico e social vigente e com a integração desse contingente marginalizado capaz de mudar a ordem social. Para isso, o negro e o pobre se integralizam nessa

luta de classes como proletários, que passa a ganhar força na primeira metade do século XX.

Segundo Decca (2004, p. 142), com o desenvolvimento do capitalismo, a economia cafeeira passa a compreender a mão de obra escrava como um obstáculo para a acumulação de capital, e “devido à inexistência de um grande contingente de homens livres expropriados e proletarizados, e o alto custo de reprodução da mão-de-obra escrava”, tal fato resulta na imigração de estrangeiros em razão da necessidade de força de trabalho para a acumulação de capital. Isto posto, é importante situar que o desenvolvimento do trabalho assalariado serviu não só como fonte de riqueza para os empregadores, mas também para a organização dos próprios trabalhadores, visto a necessidade de reivindicar seus direitos por melhores condições trabalhistas.

Diante de tais transições, a memória do passado que se encaminha para a ideia de “país novo” é articulada nos romances, assim como a figura do marginal representada através da verossimilhança literária ganha contorno à medida que denuncia as mazelas dessa população, a vida desse trabalhador no campo e na cidade, de modo a delinear a estrutura arcaica imposta. Para Gil (1999) e Arantes (1992), a associação com o moderno, nesse contexto de país periférico, é feita através de um atraso estrutural, que vai se reproduzindo em novas estruturas, e “fazendo com que o tradicional, o arcaico, ou que nome se queira dar, torne-se “pura e simplesmente uma das figuras do moderno” (Gil, 1999, p. 129)”.

Tal questão é levantada a partir do momento em que se percebe que o modelo de trabalho no Brasil tinha como base aquele da escravidão. Além disso, mantinha as velhas estruturas da sociedade de classes, os senhores, agora patrões, e os escravos, agora operários. Porém, delimitou-se antes de tudo o lugar do negro nesse afluxo capitalista, impedindo-os, por exemplo, de ter acesso a propriedade de terras e a vinda de imigrantes como substitutos da mão de obra escrava. Sendo assim, muitos negros só serviam como força de trabalho reserva e tidos como imprestáveis para o trabalho, e dessa forma, priorizava-se o trabalhador estrangeiro. Por conseguinte, os salários eram baixos e não havia perspectiva de ascensão dos negros, condenados à miséria. Segundo Kowarick:

A absorção do nacional — inclusive dos negros e mulatos — iria se efetuar quando novos e mais dinâmicos setores da economia urbana, a partir de 1930, necessitaram também desse contingente de trabalhadores. Nesse

instante, assim como antes acontecera no mundo agrário, as necessidades econômicas por força de trabalho transformam a todos, pretos, brancos e mulatos, nacionais ou estrangeiros, em mercadoria para o capital. (KOWARICK, 1994, p. 115).

Nesse sentido, as classes mais baixas da sociedade eram constantemente exploradas, o trabalho se apresenta como forma de dominação, assim como a força de trabalho é mercadoria, e tem como lucro, segundo Karl Marx (2011), o prolongamento das jornadas de trabalho ou por métodos de produção que possibilitam a extração da mais-valia. Sendo assim, o processo de valorização nas teorias marxistas é atributo do capitalismo, o trabalhador realiza um trabalho excedente, no qual, trabalha muito mais tempo e produz um número maior de mercadorias que o seu salário, “o trabalhador encontra na oficina os meios de produção necessários não para um processo de trabalho de 6, mas de 12 horas” (Marx, 2011), e assim, o capital aumenta, gerando lucros para o empregador que explora a massa trabalhadora.

No governo de Getúlio Vargas com o desenvolvimento do capitalismo industrial em substituição às importações, é manifestado o controle do Estado que tenta colocar em harmonia capital e trabalho. Porém, os proletários passam a reivindicar seus direitos, criam sindicatos e realizam greves. Para Hardman e Leonardi (1982, p. 86) a burguesia “revolucionava os meios de produção e fazia a acumulação primitiva, mediante o lançamento na miséria de milhões de seres humanos”. Essa questão é corroborada por Ramos (1996) que salienta que o desenvolvimento de uma sociedade provoca uma mudança no setor econômico, nesse sentido, a mão de obra que era vista em peso no setor primário, passa a movimentar-se para o setor secundário (indústrias) e ainda para o terciário. Dessa forma, a divisão do trabalho desloca as suas atividades produtivas do campo para a cidade em meio a esse contexto de urbanização e, por conseguinte a migração de pessoas. Em consequência a essa expansão urbana, o indivíduo se insere em um contexto de competição, segundo o estudioso, por exemplo, em 1934 em Recife o gasto com alimentação dos operários chegava a 71,6%, o que confere a eles uma vida precária no meio urbano.

Nesse sentido, o engajamento com a realidade do país nos romances de 30, se mostra também à medida que surge o romance proletário, no qual os escritores se colocavam ao lado das massas exploradas. Bueno cita Alberto Passos

Guimarães para definir o que seria um romance proletário. Explorando a visão desse crítico, e ao citar alguns trechos de seu artigo ele conclui:

O romance só pode ser proletário se tiver "ar de revolta", ou seja, se as massas nele enfocadas estiverem inclinadas a fazer a revolução. Isso equivale a nada menos do que à necessidade de engajamento direto, inserido no próprio enredo. Assim, apenas retratar os dramas coletivos ainda não é fazer romance proletário, é preciso dar um passo além e sugerir, pela ação da massa, a rebeldia imprescindível para construir a revolução. (BUENO, 2006, p. 203).

A preocupação com as revoltas e o coletivo, mostra-se de certa forma, um rompimento com o romance burguês, o que Bueno denomina de "figuração do outro". Entra em cena o herói popular, ainda que seja sobre um olhar de superioridade, que demonstra certo distanciamento de classes, porém, ocorre um empenho dos escritores em projetar outro ângulo, os elementos até aquele momento tidos como bastardos ou nitidamente inferiores. (Bueno, 2002, p. 270).

Levando em consideração esse conflito gerado no âmbito da sociedade conservadora com certa fragmentação social, a presença do trabalhador negro nos romances se insere como elemento representativo das massas, pois desde o período colonial, no qual implanta um regime de trabalho baseado na exploração, o negro está presente em um contexto de luta, em busca de uma liberdade. No entanto, anos após a Abolição, essa luta não resultou em igualdade. Na chamada sociedade moderna do século XX "o "negro" no regime de igualdade e liberdade, continuou a se comportar como "escravo" ou como "liberto" (Fernandes, 2008, p. 343)". Dessa forma, ainda seria necessária a luta pela igualdade, em específico, nas relações capitalistas que o trabalho assalariado desenvolvia.

Para tanto, fica corroborado que essa transição para o trabalho assalariado também corrompe não só a cidade, mas também o campo, em um processo de modernização agrária no Nordeste. Tais fatos são retratados, por exemplo, nos chamados romances da decadência de José Lins do Rego. Nessa acepção, Gil (1999), aponta que o romance da urbanização é ficcionado em regiões fora do eixo econômico, tal como São Paulo, para ser ambientado em cidades que marcam o peso do passado e do atraso, não participando efetivamente do processo de modernização conservadora. Tal fato, marca a questão de personagens negros descendentes de uma estrutura patriarcal, caracterizada pela casa-grande e pela

senzala, além de levantar a dicotomia entre brancos e negros, ao passo que o primeiro se refere ao homem rico e de posses, e o segundo ao pobre e desvalido.

A presença de personagens negros no romance de 30 como protagonistas, como é o caso dos romances aqui tratados, configura um avanço importante, como afirma Moura (1988), porém, para o crítico, esses ainda aparecem “relativamente folclorizados”, nesse caso, seria preciso deixar de lado essa consciência ideológica do colonizador, para se chegar ao ápice da mais avançada crítica do problema étnico do país.

3. DO ENGENHO AO MOCAMBO: O MOLEQUE RICARDO E A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA

O romance *O Moleque Ricardo* faz parte dos cinco primeiros romances de José Lins do Rego, conhecidos como “ciclo da cana-de-açúcar” - *Menino de Engenho* (1932), *Doidinho* (1933), *Banguê* (1934), *O Moleque Ricardo* (1935), *Usina* (1936) - essas cinco obras versam sobre a decadência dos engenhos, as mudanças econômicas e sociais, o declínio da sociedade patriarcal para a admissão de uma sociedade brasileira industrial que se modernizava, além de tematizar as relações de trabalho no espaço rural e urbano.

Descendente da elite agrária e nascido nos engenhos de Pilar na Paraíba, José Lins do Rego compõe uma obra de caráter memorialista, conhecida por retratar o mundo rural do Nordeste açucareiro através de suas experiências dentro de uma sociedade patriarcal. Nesse contexto, a sua vivência contribui para um conjunto de características percebidas nos romances regionalistas de 30, pois o autor expressa a realidade através do seu contato com o mundo exterior, como afirma José Aderaldo Castello:

Portanto, fatos da história, como a extinção do trabalho escravo, a política provinciana e a crônica do cangaço são componentes significativos da sua obra, paralelamente com a visão do abalo e decadência da sociedade de economia açucareira tradicional, no que pesa igualmente o advento da usina. (CASTELLO, 2004, p. 292).

Nesse sentido, as relações sociais e a decadência no mundo açucareiro do final século XIX e início do século XX, época em que acontece a superação do engenho para o sistema da usina, aparecem como tema central dos seus romances. Concomitante a isso, ocorre também a visão das relações de trabalho existentes na época, advindas do Brasil colônia e que perduram durante um longo período. Venuzo (1972) argumenta que isso ocorre mesmo depois da abolição da escravatura, pois ainda que houvesse novos moldes econômicos, no Nordeste essa transição ocorria com certa lentidão e ainda coexistiam formas antigas de produção como os engenhos. Sendo assim, pode-se notar em suas obras o peso do passado ainda presente no século XX, pois os seus romances apresentam como característica o trabalho servil e a presença do senhor de engenho e seus criados, em meio às relações sociais e econômicas vividas naquela época.

Ainda preso a esse passado, é possível perceber que seus personagens são reflexos dessa memória do campo em meio ao surto da industrialização que se desenvolvia. Assim, essa sociedade em decadência, como muitos estudiosos chamam, ganha destaque no período de 30, pois um sistema econômico pré-capitalista como o do engenho acaba por ser substituído pela economia capitalista e industrial das usinas, que são inseridas no seu último romance do ciclo. Sendo assim, os personagens centrais de suas narrativas, Carlos de Melo e Ricardo, “carregam a culpa por uma vida da qual se afastaram e que já não podem simplesmente continuar” (VILLAÇA, 2020, p. 200).

O romance aqui em questão se passa na cidade de Recife, onde o autor cursou sua faculdade de Direito e teve contato com alguns escritores, entre eles Gilberto Freyre, o qual teve grande influência em sua vida literária, ao dispor sobre o estudo da formação social brasileira. Segundo Cavalcanti Proença (1982, p. 28), Lins do Rego negava a sua filiação ao movimento modernista de 22, “preferindo colocar-se sob a bandeira do Manifesto Regionalista de Gilberto Freyre.” Freyre ao estudar o papel do negro na sociedade e com uma de suas maiores obras *Casa-grande e Senzala*, publicada em 1933, versa sobre a relação entre senhores e escravos na sociedade colonial e patriarcal, o que reflete também nas obras de seu amigo José Lins.

No entanto, *O Moleque Ricardo* difere em alguns aspectos dos demais romances do ciclo da cana-de-açúcar, pois ainda que o autor considere o romance como parte dessa sequência narrativa, ele não apresenta as mesmas características da paisagem nordestina e sim, um segundo momento vivido pelo autor na cidade e nos mocambos do Recife, como bem argumenta Castello (1961), que ressalta também o envolvimento do romancista com as lutas partidárias e ideológicas do decênio de 30. Todavia, de acordo com Barbosa (2015, p. 08), o período tratado nos romances do ciclo são os primeiros anos do século XX, o que pressupõe mudanças e uma transição da escravidão para o trabalho assalariado, desse modo, seria sim possível considerar o romance de 1935 como parte do ciclo, pois trata do “trânsito entre dois tipos de organização social”.

Ainda que o romance *O Moleque Ricardo* seja ambientado na cidade, ou seja, em um contexto urbano e moderno, é perceptível a existência da manutenção das relações de trabalho advindas do setor rural, mais especificamente do trabalho

escravo que se perpetuou por muito tempo e trouxe graves consequências para a inserção do negro e mestiço na sociedade de classes. Sendo assim, o autor irá explorar nesse romance outra vertente, a do moleque da bagaceira que foge desse ambiente arcaico e vai em busca de prosperidade no meio urbano, mas que ainda mantêm a velha estrutura social.

Dessa maneira, o personagem Ricardo foge do Engenho Santa Rosa, onde viveu por dezesseis anos trabalhando para o coronel Zé Paulino e vivendo ao lado da casa-grande com a mãe Avelina e seus irmãos. Logo no início do romance, o autor já estabelece como era vida do personagem no engenho, manifesta ainda as relações patriarcais existentes e a “superioridade” do branco em relação ao negro, como por exemplo, ao retratar o privilégio que Ricardo tinha por frequentar a escola e entrar no engenho na garupa do seu senhor, ele descreve que “o neto do senhor do engenho passava a cavalo, muitas vezes dava-lhe a garupa. Era uma sensação entrar na rua de cima como um branco” (REGO, 1982, p. 05). Ricardo apesar de ser “livre”, ainda estava preso aos dilemas da escravidão através do seu passado e também da mãe Avelina, a qual puxava “os restos de leite que deixavam de sobra” (Idem, p. 03).

A partir desse ponto, fica claro a diferença entre os “moleques” e os “senhores do engenho”, que mesmo após a abolição, tiveram seus papéis sociais definidos e que segundo Fernandes (2008, p. 303), “tinham por função defender as barreiras que resguardavam, estrutural e dinamicamente, privilégios já estabelecidos e a própria posição do “branco” em face do “negro”, como raça dominante.” A respeito da função desses moleques do engenho, Fernandes argumenta que eles auxiliavam no orçamento da família:

“nós negrinhos eram todos chamados de moleques. As famílias gostavam de nos ter para recados e entregas”. Enfim, prestando pequenos serviços, aprendiam na “escola da rua” a viver de expediente ganhando “alguns níqueis” com que concorriam para “o sustento da casa” (FERNANDES, 2008, p. 170).

Essa proposição vai ao encontro do trecho no qual o condutor de trem faz o convite para Ricardo ir embora com ele, sendo que o narrador questiona: “Para que o condutor queria ele? Sem dúvida para criado. Um moleque sempre servia em qualquer parte” (REGO, 1982, p. 03). Sendo assim, Ricardo não hesita, pois sabia

que ali não passaria daquilo. No entanto, achava que na cidade iria se empregar, assim como a filha da negra Joana:

Deixara a bagaceira e ia se empregar. Empregar - como essa palavra era diferente de alugar! No engenho os trabalhadores eram alugados. Achava bonito quando a negra Joana dizia na “rua” falando de uma filha que se fora para Recife: - “Maria está empregada em casa de uma família”. Joana mesmo frisava a palavra para ofender a todos eles que eram como escravos, sem dia de serviço pago, trabalhando pelo que comiam, pelo que vestiam. Alugar, trabalhador alugado! Não, ele ia se empregar. Era subir um pouco mais, mas era subir. (REGO, 1982, p. 07-08).

Nesse trecho percebemos como era as relações de trabalho no engenho onde vivia o personagem, um sistema semiescravista, marcado pela imobilidade social, posto que os trabalhadores negros eram “alugados”. Devido a isso, Ricardo iria à busca de uma vida melhor, porém, o narrador deixa claro que as relações entre patrão e empregado continuariam a mesma, à medida que se refere à nova vida iniciada por Ricardo:

Já era de noite quando ele com seu novo dono atravessou a cidade no caminho de casa. [...] Ricardo encontrou outra vida. O povo era outro. Na rua onde morava não havia casa grande. Todas as casas eram pequenas. E também o grito do Coronel não se ouvia. A voz de mando era diferente. (REGO, 1982, p. 09).

A partir daí é visível uma dualidade colocada pelo narrador, no qual versa entre a vida do trabalhador negro no engenho e na cidade, assim como a diferença entre o alugado e o empregado. Na cidade também teria um novo “dono”, teria novamente alguém para lhe dar ordens. Nesse caso, em seu primeiro ofício na cidade, Ricardo fazia de tudo, trabalhava de dia à noite, ganhava roupa lavada, comida e dez mil-réis por mês. Não mudara muito sua condição, agora não eram os gritos do Coronel que ouvia, e sim de Dona Margarida, sua patroa. Pouco tempo depois, Ricardo foi trabalhar para Seu Alexandre, um português dono de uma padaria. Mais uma vez Ricardo se vê em um serviço pesado, agora como carregador de balaio com noventa mil-réis e lugar para dormir. A maioria dos trabalhadores que estão ali são negros como Ricardo, pois “a massa pedia braço forte para lhe amansar. Pão fino pedia masseiro de muque” (REGO, 1982, p. 34).

Assim foi feita a divisão social e racial do trabalho no período que convergia à transição entre a escravidão e o trabalho assalariado, como assinala Moura (1988). Em seus estudos, Moura afirma que além de haver os mecanismos que

pressupunha colocar os diversos segmentos em seu devido lugar para a manutenção dos privilégios conquistados, havia também os mecanismos que definiam o trabalho do branco e do negro no meio urbano. Sendo assim, segundo o autor, todo trabalho que era “nobre” era representado pelo branco “ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não-qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição” (MOURA, 1988, p. 72).

Portanto, para Ricardo e seus amigos, não haveria uma perspectiva maior de ascensão social, o que reflete no comportamento de muitos personagens negros ao longo do romance que se viam como inferiores ao branco, além de constatar também que o imigrante, o estrangeiro como Seu Alexandre, conseguiu uma posição favorável dentro desse sistema capitalista que excluía o elemento nacional. E assim, o personagem negro Francisco, que foi um antigo trabalhador das fábricas, afirma que “qualquer estrangeiro que chega, é logo chefe dos brasileiros” (REGO, 1982, p. 55).

Ricardo comparava Seu Alexandre com o seu antigo patrão, o coronel Zé Paulino. O protagonista não gostava do dono da padaria, apesar de assumir que o mesmo nunca lhe fizera nenhum mal, afinal, de todos os funcionários, Seu Alexandre parecia gostar mais de Ricardo, pois o operário servia de exemplo para os outros. No entanto, Seu Alexandre reclamava de tudo e fazia questão por cada item da padaria, todavia, o seu ex-patrão, o coronel, “não fazia questão por besteira não.” (REGO, 1982, p. 18). Para Proença (1982, p. 15), ocorre certo cuidado do senhor do engenho com seus empregados, porém, esse cuidado é devido justamente às relações patriarcais e de escravidão, no qual o senhor do engenho ainda vê os seus “empregados” como seu patrimônio e mercadoria, o que difere do patrão da cidade que “compra trabalho e desconhece o trabalhador.” À vista disso, o narrador conta com ironia que na casa-grande sentiram falta do moleque e que se fosse em outro tempo, o capitão-do-mato daria conta do negro que era disciplinado e fugiu.

Essa questão de superioridade do regime do campo em comparação com a cidade é frequente no decorrer da narrativa, e segundo Proença (1982, p. 16), expressa um bucolismo tardio do romancista, que tenta convencer que no engenho, no ambiente arcaico, a vida do trabalhador pobre e negro é superior a vida no

espaço que se desenvolvia, porém, “sem levar em conta que a ignorância do povo da roça talvez seja o elemento mais importante daquela avaliação de felicidade.” (REGO, 1982, p. 16). De fato, ocorre essa falta de consciência dos trabalhadores rurais, que desprovidos de terra e meios de sobrevivência, passam a integrar o trabalho no campo apesar da situação degradante. Mas tal fato deve-se principalmente a expropriação do trabalhador nesse novo processo de exploração capitalista que tem como objetivo torná-lo novamente em mercadoria, ou seja, em mera força de trabalho.

Ainda assim, esse caráter memorialístico e histórico é visto em muitos romances da urbanização, conforme afirma Gil (1999), em que o passado é frequência constante e sentimentalmente evocado:

O passado que se esboça, ligado explicitamente à experiência rural oligárquica ou apenas entrevisto como experiência não urbana, é a um só tempo elemento de imobilidade e expressão dessa mesma imobilidade: elemento de imobilidade porque se assenta num contexto de referência histórico-social não mais em vigência e, portanto, sem valor histórico-prático para os personagens. (GIL, 1999, p. 119).

Dessa forma, Ricardo aparece constantemente ligado ao engenho Santa Rosa, que perpassa não só através da relação com seu patrão, mas também da miséria e fome na qual presenciava na cidade. Ricardo não passava fome, não tinha família para sustentar, porém presenciava o sofrimento dos trabalhadores negros que viviam em condições precárias e se alimentava dos caranguejos próximos aos mocambos, lugar onde viviam sem o mínimo de saneamento básico e contraindo doenças, tal qual, “os mocambos do Recife, as favelas cariocas e os cortiços de São Paulo foram algumas das formas típicas de habitação do proletariado e de outros setores explorados, como o lumpemproletariado” (Hardman e Leonardi, 1982, p. 152).

Nesse local, é descrito que a tuberculose aguardava pelo carnaval “para completar os serviços da fome” (REGO, 1982, p. 99). Nesse sentido, é feita novamente a comparação com o meio rural e Ricardo passa a achar que “havia gente mais pobre do que os pobres do Santa Rosa (Idem, p. 32), pois no engenho quando havia fome, “o povo se aliviava na fava, na batata-doce. Ali não. Era mesmo não ter o que comer. A barriga roncando sem engano de espécie alguma” (REGO, 1982, p. 58).

No engenho, podia-se retirar seu sustento do plantio e dos animais, trabalhava-se e ganhava-se pouco, ou então somente o direito à moradia e ao seu alimento. Por isso, muitos trabalhadores pensavam em retornar ao campo, mas ainda assim persistiam. Segundo Fernandes (2008, p. 282), o negro sabia que não haveria melhora na sua condição social no interior, estariam condenados à pobreza eterna e “permanecer era resistir, resguarda-se de uma “derrota” ainda pior e mais humilhante que a de abater-se na miséria e à degradação social”.

Sendo assim, o romance reflete essa condição de integração do negro na sociedade pós-escravidão, marcada pela exclusão social e marginalização dos negros, que se veem sem oportunidades e garantia de sustento. No que consta dessa integração é que a mão-de-obra negra foi introduzida em alguns centros urbanos, mas ainda dando preferência ao emprego de imigrantes. Sendo assim, restavam-lhe poucas opções, o que os levava, por exemplo, aos pequenos furtos, como o personagem Leopoldino, que desempregado foi preso por roubo e Simão, operário da padaria, afirma que passando fome também faria o mesmo: “[...] - chegando em casa e vendo meu povo de olho duro de fome, eu podendo passar a mão, eu passo..” (REGO, 1982, p. 158).

A partir desse cenário, José Lins do Rego ainda versa pela questão da união dos proletários por meio da Sociedade de Resistência dos Empregados da Padaria, que defendia e lutava pelos direitos trabalhistas como forma de mudarem a sua condição de explorados. Os trabalhadores da padaria reclamavam sempre do trabalho que era pesado e que ganhavam pouco, enquanto seu Alexandre enricava à custa da miséria dos trabalhadores. É importante assinalar que no romance, ocorre a menção à Revolução Russa de 1917, episódio em que o líder Lenin é visto como grande dirigente dos operários: “- Vocês não ajudam o Dr. Pestana a levantar o operariado. Na Rússia foi assim. Ninguém queria saber de Lenine. E hoje quem manda na Rússia é ele. E sendo ele, é mesmo que ser operário.” (REGO, 1982, p. 126).

Dessa forma, a luta ocorrida no país russo teve reflexos no romance e no posicionamento do autor, a partir do momento em que os operários apoiam e acreditam no Dr. Pestana como aquele que iria estar à frente da revolução. Porém, o Dr. Pestana é descrito como um aproveitador, que queria subir por meio dos operários para tornar-se deputado. Como consequência, abre-se leque para uma

ideologia marxista, que também é mencionada no romance, na qual se acredita que a revolução é feita pelos proletários à medida que esses adquirem consciência de sua classe e das mazelas do sistema capitalista.

É nesse sentido que Ricardo apesar de presente em algumas reuniões dos operários, aparece ainda alienado e sem consciência, não compreendia o motivo da luta operária e os sonhos de Florêncio, pois “o povo do engenho quando sonhava era com chuva para o roçado, com as festas de santo” (REGO, 1982, p. 62). Ricardo não havia adquirido consciência, não via nenhum benefício na luta dos operários, “não se inflamava de ódio contra os donos, os senhores. [...] Ele vivia somente. Trabalhando, achava que estava fazendo uma obrigação” (REGO, 1982, p. 117). Ricardo não sabia por que lutar, achava-se livre, tinha pão com café, almoço e “um quarto de príncipe” para morar recebendo cento e vinte mil-réis por mês. Para ele, não havia motivo para lutar.

Concomitante com isso, Seu Lucas, pai-de-terreiro e jardineiro, é apresentado como contraponto daqueles que eram negros e pobres, mas que não acreditavam na greve e na luta operária. O personagem dizia para se conformar com o que tinha e acreditar em Deus como forma de combater toda a miséria e injustiça, “Seu Lucas combatia a greve, não gostava de ver negro com empáfia de branco. Para que negro com luxo?” (REGO, 1982, p. 60). Dessa forma, ele reagia à greve através da sua crença. Esse desânimo do negro aparece em estudos como de Florestan Fernandes (2008), no qual se pensava que o negro não poderia almejar aquilo que os brancos tinham, e o conformismo de que o negro nasceu para sofrer e servir.

Ricardo, por exemplo, se comparava ao seu “nhonhô”, Carlos de Melo, que também aparece no romance como estudante da faculdade de Direito e é figura central dos romances do ciclo da cana-de-açúcar como herdeiro do coronel Zé Paulino. Desde menino Ricardo percebia o papel que exerceria, sabia que quando Carlos de Melo crescesse, seria dono, e ele “um alugado como os que via na enxada” (REGO, 1982, p. 12). E assim, aparece desacreditado na maior parte da narrativa. Porém, Carlos de Melo é descrito neste romance como “um saudosista dos troncos e das gargalheiras e estava ali no Recife gastando nos lupanares o ouro que lhe viera dos braços e do suor dos negros cativos” (REGO, 1982, p. 44). Na narrativa, o personagem ainda assina o manifesto contra a greve. Sabemos que José Lins foi descendente dessa elite agrária, mas parece adotar uma visão crítica,

analisando aqueles que eram oprimidos pelo sistema. Marques (2015) afirma que o autor faz uma comparação dos dois personagens, Ricardo e Carlos de Melo:

Na nota introdutória de *Usina*, ao resumir os primeiros livros do chamado Ciclo da cana-de-açúcar, José Lins equipara Carlos de Melo e o engenho Santa Rosa, juntando a eles o moleque Ricardo — pois todos “se acabam, têm o mesmo destino, estão tão intimamente ligados que a vida de um tem muito da vida do outro. Uma grande melancolia os envolve de sombras.” (MARQUES, 2015, p. 61).

Com efeito, os dois personagens sentem a mudança e a transição das bases econômicas e o sistema capitalista, a transição do engenho para as usinas e a sua decadência, que vai de encontro ao que era proposto pelo então presidente Getúlio Vargas, que tinha um projeto de industrialização. Todavia, no período de 1882 a 1895, segundo Hardman e Leonardi (1982, p. 126), Recife já apresenta um grande crescimento industrial devido a vários fatores, entre eles a liberação do trabalho livre e conseqüentemente o êxodo rural “provocado pelo início da transformação dos engenhos de açúcar em usinas modernas.” Assim, a obra de José Lins é fincada na história, com início, meio e fim de um ciclo. Candido (1989, p. 159) afirma que o que caracteriza os autores do romance de 30, incluindo entre eles José Lins do Rego, é que esses se voltaram contra as classes dominantes e viam “na degradação do homem uma consequência da espoliação econômica, não do seu destino individual”.

Dessa maneira, o autor tenta estabelecer um ponto de vista próximo aqueles dos trabalhadores negros, é na figura de Ricardo que ele irá tentar essa aproximação, estabelecendo um tom de ironia e crítica a muitas questões. Porém, percebe-se ainda uma imagem do senhor da casa-grande ao citar, por exemplo, que “o moleque que se criara na senzala fedorenta do Santa Rosa, com a mãe se espojando na cama com os homens, sentia nojo da Rua do Cravo” (REGO, 1982, p. 160). Assim, é expresso certo tom de rebaixamento à condição do protagonista negro, quando a voz narrativa e do personagem se confundem muitas vezes, causando essa própria dualidade e dicotomia entre casa-grande e senzala.

Ainda assim, José Lins traça a greve com grande fervor e sentimentalismo do operário que acredita fielmente em suas vitórias e conquistas. Essas questões políticas tem relação com o período no qual o autor escreve, pois diante da industrialização e desenvolvimento urbano do início do século XX, havia um grande contingente de trabalhadores urbanos e nenhuma regulamentação dos direitos

trabalhistas. O personagem Francisco, funcionário da padaria, relata muitas vezes o trabalho nas fábricas onde esteve, no qual aos doze anos já ia passar doze horas no fuso, “fugiu de Paulista porque quem ali não era operário era resto. Os donos da fábrica só queriam operários” (REGO, 1982, p. 41). Logo ficou doente e não o queriam mais para trabalho e “andou de lugar para outro feito entulho.” Francisco dizia que nas fábricas operário não valia nada.

É sabido que a Revolução Industrial levantou novos moldes de trabalho através das máquinas, separando, por exemplo, os trabalhadores dos meios de produção. Utilizava-se também uma espécie de adestramento dos trabalhadores, para propiciar a disciplina e maior proveito da força de trabalho, geridas pelo capitalismo. Dessa forma, teorias de disciplina como fordismo e taylorismo foram utilizadas como forma de aumentar o lucro, ao mesmo tempo em que subjugava os trabalhadores. O que percebemos dessa relação capitalista entre empregador e empregados é que, assim como ocorreu no período da escravidão, muitos trabalhadores das fábricas sofreram com as condições de trabalho oferecidas. As diversas doenças nesses ambientes e a exploração constante do trabalhador reduzia a expectativa de vida do operário. Tal exploração era vista também no sistema escravista, como atesta Nascimento (1978):

Depois de sete anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado aqueles que sobreviveram aos horrores da escravidão, e não podiam continuar mantendo satisfatória capacidade produtiva eram atirados à rua, à própria sorte, qual lixo humano indesejável; estes eram chamados de "africanos livres". (NASCIMENTO, 1978, p. 65).

Dessa forma, essa “libertação” de escravos foi feita de forma desumana, sem nenhum suporte ou meio de subsistência para os negros livres, tal como era realizada pelos empregadores das fábricas que deixavam os trabalhadores a mercê da própria sorte depois que adoeciam ou tinham a sua força de trabalho comprometida. Não só o personagem Francisco como também o negro Florêncio, que era um dos mais engajados na greve, foi alvo da estrutura da sociedade capitalista moderna. Florêncio ficou desempregado após levar um tiro e o patrão, Seu Alexandre, não prestou nenhuma assistência a ele e a sua família, que dependiam da ajuda dos demais funcionários da padaria.

Na primeira metade do século XX, já em vigência o trabalho assalariado, muitos trabalhadores eram influenciados por uma ideologia anarquista e comunista,

e assim ocupavam os sindicatos para reivindicar melhores condições trabalhistas. A partir daí, inspirados nos movimentos operários da Rússia, houve a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Uma das maiores greves ocorreu em São Paulo no ano de 1917, exigindo melhores condições de trabalho e aumento de salários. Como já mencionado, o movimento comunista era visto como ameaça para o Estado e os operários como ignorantes, levados pelas palavras de aproveitadores.

No romance é descrito que o Presidente da República invocava “os princípios da autoridade. Conspirava-se contra a ordem. Pernambuco seria um foco de perturbação contra o regime” (REGO, 1982, p. 115). Nesse caso, percebemos uma semelhança com o período de 30, referente à intolerância do Estado para questões que feriam a hierarquia social de classe. Dutra (2012) em seus estudos afirma que naquele período a vida pressupunha a hierarquia “e a quebra da hierarquia agride um dos princípios básicos da ordem. E os comunistas, ao reivindicarem a igualdade, ferem esse princípio” (DUTRA, 2012, p. 224).

Sendo assim, a favor de uma ordem e tendo em vista a ameaça comunista, os operários sofriam a repressão da polícia. No romance isso é relato a partir da morte de muitos operários que defendiam a greve:

Os soldados pisavam no calçamento numa pancada só. Eram homens da mesma cor que ele. Pretos, cabras, mulatos como ele, Simão, Deodato, Florêncio. Os passos dos homens com as botinas duras pisando na pedra. Mataram sem pena o negro que quisera fugir como um louco. Matariam a todos os outros que quisessem fugir também. (REGO, 1982, p. 189).

Segundo Dutra (2012), antes de 1935, que é quando foi aplicada a lei de Segurança Nacional, já havia uma forte repressão aos sindicatos e a prisão de operários, que segundo Gomes (2005) consistia na “invasão policial e destruição virtual das sedes dos sindicatos com abundantes espancamentos e prisões” (GOMES, 2005, p. 176).

Por conseguinte, parece que o Estado se apresenta sempre a favor das classes dominantes e do capital, de modo que isso foi apresentado no romance quando é posto a opinião dos patrões a respeito da greve e dos trabalhadores que dela participavam, Seu Alexandre dizia: “- Só a cacete seu Lóia, só a cacete. Pago a esta gente o que eles não merecem, ganho uma insignificância. E me vêm com greves, com ameaças” (REGO, 2012, p. 185). E ao passo que o dono da farmácia afirma que colocou para fora o funcionário que pedia aumento, Seu Alexandre

assente e se refere a Ricardo: “- E o senhor fez muito bem. [...] Se eu tivesse feito isto aqui com o tal negro, estaria lambendo os meus pés” (REGO, 1982, p. 186).

Para Seu Alexandre, Ricardo e os demais negros da padaria recebiam mais do que mereciam, por ora, ele dava comida e casa para Ricardo, e um ordenado que lhe oferecia regalias, mas que se assemelhava muito a um sistema escravista que não reconhecia o negro como trabalhador. Por esse ângulo, Nascimento (1978) afirma que os escravos trazidos ao Brasil por motivos de exploração econômica visando o lucro, eram rotulados como “sub-humanos ou inumanos, existiam relegados a um papel, na sociedade, correspondente à sua função na economia: mera força de trabalho” (NASCIMENTO, 1978, p. 61). Seu Alexandre a todo o momento no decorrer do romance, relegava o papel dos seus trabalhadores como humanos, não queria operário metido em greve nem a ler jornais e vivia a reclamar do pão. Para ele, era insuficiente o trabalho dos negros que eram descritos como “relaxados”, argumentava o português: “- Operário é para estar em seu serviço, somente para isto” (REGO, 1982, p. 131).

Após a morte de Odete e sem ânimo para viver na cidade, Ricardo pensava em voltar para o engenho, ali na cidade só encontrara tristeza, para ele não havia mais sentido continuar ali. Porém, o personagem cria esperanças a partir das palavras de Sebastião, que tinha conhecimento do movimento operário no Rio de Janeiro:

A conversa de Sebastião era forte. O companheiro animava as esperanças dos homens da padaria. Falava sério, falava com coragem, com ânimo, sem deixar dúvidas. [...] Simão tinha filhos em casa. Florêncio deixara filhos morrendo de fome, Deodato criava filhos sem mãe. Tudo que eles queriam era o que Sebastião dizia que um dia seria deles. Os filhos de Florêncio, os filhos de Deodato, os filhos de Simão. Ricardo foi vencendo o medo de Odette com as esperanças de Sebastião. (REGO, 1982, p. 182-184).

A partir daí, o protagonista adquire consciência da situação dos operários, e consciência do por que sentia raiva de seu patrão, adquire consciência da exploração e reflete que “Seu Alexandre era um galego indecente. Matara Florêncio, desgraçara Leopoldino” (REGO, 1982, p. 173). Não passava fome, mas resolveu unir-se em solidariedade daqueles que também tinham lhe ajudado. Havia uma força maior daquela do terreiro de Seu Lucas, era a fome. Dessa maneira, não valia a pena voltar para o engenho, para as raízes da escravidão. Era preciso buscar a liberdade, que também não foi encontrada na cidade. Sendo assim, a greve era uma

forma de resistência assim como no início da escravidão, tempo em que os negros resistiam também ao trabalho forçado.

Logo, essa constante dicotomia vista no romance é reflexo de uma estrutura social e política que perdurou entre engenho e cidade, que trouxe consequências para os negros que encontraram ainda mais desigualdade no ambiente urbano, que até então, só reforçou os velhos moldes do trabalho escravo. Aqueles que detinham o poder e os meios de produção continuariam fazendo parte da casa-grande, enquanto os que eram desprovidos de bens continuariam fazendo parte da senzala. Assim, José Lins do Rego propicia uma narrativa que traz também as consequências da tentativa de rompimento dessa estrutura:

Eles iam para Fernando de Noronha. O governo caíra em cima dos centros operários com uma fúria de ciclone. Não ficou um que não fosse arrebatado e que os seus diretores não comessem virola e cadeia. [...] Lá estavam os ladrões, e criminosos curtindo penas. Para lá iriam os operários. Sebastião e o povo da padaria estavam na lista para seguirem. Diziam os jornais que Sebastião era um perigoso agitador e a padaria onde ele trabalhava um foco terrível. Fernando de Noronha com eles. (REGO, 1982, p. 189).

Luís Bueno (2007) argumenta que a modernidade usa dos mesmos meios de exploração do ambiente rural, mantendo a sua estrutura hierárquica e exploração. Para elucidar essa ideia, o autor cita o romance de Graciliano Ramos, *S. Bernardo* (1934), no qual Paulo Honório, principal personagem da narrativa, se destaca pelo “fracasso de uma tentativa de modernização da propriedade rural sem a transformação da estrutura social que a sustenta” (BUENO, 2007, p. 152). A partir daí, Bueno destaca que Graciliano Ramos trouxe à tona o problema visto em outros romances de 30, que é o conflito da experiência rural e urbana e afirma que:

O modelo de modernização implantado por Paulo Honório é exatamente aquele pelo qual o Brasil passava, ou seja, o de importação de técnicas e de ideias nascidas noutros contextos, sem tocar naquilo sobre o que se assenta a produção: as relações sociais. São técnicas fora do lugar que geram uma modernização capenga, que só faz aumentar a exploração, a injustiça e a infelicidade. (BUENO, 2007, p. 153).

Desse modo, é exposta a questão do processo de modernização conservadora, isto é, o fracasso da modernidade brasileira que no romance de José Lins é descrito por essa transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Para Bueno (2007, p. 145), Ricardo é aquele típico personagem do romance de 30,

o desenraizado. Ricardo no romance *Usina* chega a voltar para o engenho Santa Rosa e o que encontra é a tentativa de modernização do engenho em uma usina improvisada que vai logo à falência por esse mesmo capitalismo moderno. Lá ocorre ainda essa relação de trabalho dos velhos tempos.

Para Candido (1945), os heróis de José Lins do Rego são de “decadência e de transição, tipos desorganizados pelo choque entre um passado divorciado do futuro” (CANDIDO, 1945, p. 392). Daí a questão entre cidade e campo, e o papel da memória, que segundo Gil (1999, p. 119), são traços de lembrança do passado que é presença constante no romance da urbanização. Assim, o final do livro nos revela uma sociedade em conflito, Seu Lucas que combatia a desigualdade por meio de Xangô via os negros irem para Fernando de Noronha:

Os negros bons iam para Fernando. O que tinham feito eles? [...] O que tinham feito eles, os negros que não faziam mal a ninguém? Jesuíno era um besta de bondade. Ricardo tão bom! Os outros deviam ser também. O que tinham feitos eles para ir para Fernando? Seu Lucas não sabia. Queriam de comer, queriam de vestir, queriam viver. (REGO, 1982, p. 191-192).

Seu Lucas se questiona o que tinham feito aqueles operários negros que antes eram submissos ao sistema, assim como ele foi. O narrador descreve que Seu Lucas tinha sofrido prisões e cadeias e aguentava tudo com fé. Agora não, sentia a prisão dos negros que foram para Fernando sem ter feito nada. Tinha um cantar triste na reza, era um cantar de desespero e angústia, e todos os negros respondiam ao questionamento da dor de Seu Lucas “- Que fizeram eles? Ninguém sabe não!” (REGO, 1982, p. 193). O narrador cita que seu Lucas quebrava o ritual para deixar escapar a sua dor, falando pelos pobres. Proença (1982) menciona que José Lins não era escritor engajado, mas que retrata a miséria e a sociedade industrial vista do ângulo dos oprimidos, assim como retratou a sociedade patriarcal:

Tal como Ricardo, ele não compreende a greve, não gosta de violência, não acredita na vitória de uma causa entre cujo líderes há corruptos como Clodoaldo, ambicioso como Pestana. Mas, ao fechar o livro, ninguém estará contra os operários de Recife, ninguém terá boa recordação de Seu Alexandre, ninguém concordará com o exílio do moleque para Fernando de Noronha. (PROENÇA, 1982, p. 47).

Desse modo, esse “romance satélite do ciclo da cana-de-açúcar” representa a hierarquia social herdada da escravidão, os dramas do trabalhador negro na

sociedade urbana, agora visto de outra perspectiva, reconhecendo a sua exclusão e marginalização.

4. DO MORRO À CIDADE: *JUBIABÁ* E A MEMÓRIA DA ESCRAVIDÃO

Jubiabá é o quarto romance de Jorge Amado, escritor engajado e popularmente conhecido por retratar aspectos políticos e históricos do Brasil, em especial do estado da Bahia. No que remete ao romance proletário, Jorge Amado elabora obras que refletem a vida do trabalhador nas fazendas, que assim como outros escritores modernistas, adquire um caráter memorialista do seu passado, pois era filho de um fazendeiro de cacau. Nesse contexto, *Cacau* (1933), um dos seus romances mais conhecidos, aponta para uma consciência social e política do autor acerca dos trabalhadores da região cacauzeira da Bahia, dispondo de uma postura de esquerda, que mais tarde o leva a filiar-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e ainda sofrer a repressão do Estado com seus exemplares queimados. Ainda assim, ganha notoriedade não só no Brasil, mas também em outros países afora.

Duarte (2015, p. 106) destaca que as obras de Jorge Amado estão ligadas aos fatos históricos de sua época, o que “intensifica o elo ente o militante e o homem de letras”, além de estar concomitante ao romance proletário que se intensificava mediante a insurgência do proletariado urbano. Consequentemente, sua literatura assume grande relevância para a sociedade brasileira, visto que a ficção o leva a assumir uma postura crítica mediante os conflitos do século XX e do decênio de 30. Não obstante, ganha destaque entre os autores modernistas que versam também sobre os aspectos regionalistas.

Por conseguinte, o autor conhecido pelo “ciclo do cacau” organiza uma obra que perpassa não só pelo latifúndio e exploração do trabalhador rural, como também explora o sofrimento daqueles trabalhadores que se lançam no meio urbano, como é o caso do romance *Suor* (1934), no qual narra a vida miserável em um cortiço no Pelourinho. Jorge Amado mais uma vez se coloca ao lado do sofrimento de uma população marginalizada, e usa de suas lembranças e memórias em uma de suas passagens por esse ambiente para escrever o romance. Castello (2009, p. 14) confirma tal hipótese e afirma que “cada vez que escreve sobre si, ele escreve sobre o Brasil. Cada vez que retorna às lembranças íntimas em busca das conexões perdidas no passado, são fios da vida brasileira que puxa para perto de si”.

Seus personagens vão desde o político e o empresário bem sucedido, ao trabalhador subalterno, prostitutas e pais de santo. O que infere dizer que há uma

preocupação em demonstrar os dois lados de uma sociedade de classes, ou seja, a divisão entre ricos e pobres, com ênfase para o capitalismo tardio e o processo de desenvolvimento e urbanização nacional que aflorava no início do século XX. Cabe mencionar que sua posição ideológica acaba por afirmar preceitos marxistas, em um período que era marcado pelo embate entre integralistas e comunistas.

Diante de um aparato histórico e cultural, Jorge Amado coloca em cena a representação de nossa miscigenação e das camadas populares, personagens negros e mulatos e a cultura afro-brasileira. Schwarcz (2009) em um dos seus ensaios chega a defini-lo como o “artista da mestiçagem”, pois Amado traz uma mistura de diferentes culturas, credos e diverge de muitos intelectuais da sua década, que traziam teorias carregadas de preconceito e estigma contra o mulato ou negro. Assim, Jorge Amado estaria focado em alterar essa visão negativa de miscigenação brasileira, pois essa, segundo as palavras da própria estudiosa, representaria o nosso “humanismo”. Percebe-se a preocupação do autor em manifestar a importância do negro para a construção da identidade brasileira atrelada ao romance social.

Por isso, o crítico Antonio Candido apresenta Jorge Amado como “revelação do povo criador” e destaca que:

Os seus livros penetram na poesia do povo, estilizam-na, transformam-na em criação própria, trazendo o proletário e o trabalhador rural, o negro e o branco, para a sua experiência artística e humana, pois ele quis e soube viver a deles. (CANDIDO, 1992, p. 44).

Dessa forma, o autor versa pelo elemento marginalizado, que antes não tinha espaço na ficção a não ser com personagens pitoresco, distantes da realidade social. Nesse sentido, o autor de *Jubiabá* irá explorar nesse romance o povo, as massas excluídas, dentro de um contexto histórico conturbado politicamente, mediante uma sociedade com desenvolvimento tardio e com herança escravista e colonial, ainda aprisionada aos moldes econômicos que explora o trabalhador e em consequência disso, causa revolta nas massas exploradas.

A trajetória do personagem negro Antônio Balduino no interior do romance é ilustrada através de várias experiências que irão rumo à consciência social e política do personagem, para ilustrar isso, o romance se inicia com o capítulo “Box”, no qual Antônio Balduino luta com um alemão, apresentado muitas vezes como “branco”. A

disputa no início do romance e fora da linha temporal da narrativa parece simbólica, uma demonstração da luta que o personagem irá travar ao decorrer do romance contra a memória da escravidão e a superioridade do branco em relação ao negro. Além de apontar a coletividade como condição de superar as estruturas sociais impostas. Quanto a isso, Bueno (2002) ressalta o surgimento dos estudantes na multidão torcendo por Balduino logo no início do romance, multidão também composta por soldados, estivadores, pretos, brancos e mulatos, descrita pelo narrador como se fossem uma figura só, e a figura do herói representada por Balduino:

A essa altura, o romance de Jorge Amado faz a aposta de que a figura individual significativa pode representar os valores coletivos, e que o romance proletário pode, portanto, redefinir em termos populares o herói do velho romance burguês. É sintomático ainda que os estudantes aparecem logo na primeira página do romance como elementos integrados à massa popular — muito diferentes, portanto, daqueles estudantes arrogantes de *Suor*. (BUENO, 2002, p. 266).

Em *Suor* (1934), terceiro livro de Jorge Amado, Bueno destaca que foi necessário todo o romance para que os estudantes pudessem se figurar como uma luta coletiva una. Visto desse modo, podemos perceber uma relação entre as obras de Jorge Amado, muito ligadas a questões sociais e históricas, transpondo a realidade e a consciência das camadas populares observadas no romance de 30.

Duarte (2018, p. 179) destaca que a vitória do protagonista negro logo na abertura do romance assinala uma postura ideológica do autor para com o elemento marginalizado, pois o afro-brasileiro vence o ariano, como uma manifestação contra o racismo propagado na década pelo nazismo e diversas outras teorias. Nesse sentido, o trabalho manual e a luta são também emblemáticas, pois “revela o propósito de abalar o preconceito que relegava este trabalho aos descendentes de escravos.” À vista disso, a obra do escritor baiano aqui em questão coloca-se ao lado dos trabalhadores das fábricas, das plantações de fumo, do cais, dos estivadores, dos moleques que viviam na rua, dos vagabundos e dos terreiros de candomblé, experienciados pelo personagem negro, Antônio Balduino, rumo às questões políticas.

No Morro do Capa Negro é apresentado grande parte da narração, é característico a escolha desse ambiente e o nome dado, visto que tem relação com a marginalização dos negros, resultantes da desigualdade social advindas da

abolição da escravidão em 1888. Além disso, a vinda de imigrantes e o grande crescimento demográfico em decorrência da indústria nas grandes capitais foram fatores decisivos para o surgimento de favelas nos morros ao redor das cidades. A partir da chegada de imigrantes, como forma de branqueamento da população brasileira e como força de trabalho, os negros libertos que deixavam também o campo para tentar a vida na cidade, se viam sem nenhum meio de subsistência, pois não eram integrados dentro dessa sociedade capitalista. Segundo Kowarick (1994, p. 75), com o fim do tráfico negreiro tentou-se impedir que “os homens livres tivessem acesso à propriedade da terra”.

Por conseguinte, as favelas se apresentam como meio de sobrevivência para aqueles que não tinham como alugar ou comprar uma casa, porém, essa questão é frequente devido à falta de oportunidades para o negro, da falta de dinheiro e de instrução adequada, um círculo vicioso de discriminação que acaba por germinar no imobilismo do negro, que se vê sem oportunidades de todas as formas. (NASCIMENTO, 1978). Nesse sentido, o morro apresenta características de opressão a essa população negra, composta de muitos trabalhadores pobres. A respeito da história do Morro do Capa Negro, o pai de santo Jubiabá relata-a através de uma figura lendária, mas é possível inferir aspectos históricos da servidão:

- Ocês não sabe por que esse morro chama do Capa-Negro? Ah! ocês não sabe... Pois é porque esse morro era fazenda desse senhor. E ele era homem malvado. Gostava que negro fizesse filho em negra para ele ganhar escravo. E quando negro não fazia filho ele mandava capar negro... Capou muito negro... Branco ruim... Por isso esse morro é do Capa Negro e tem lobisomem nele. O lobisomem é senhor branco. Ele não morreu. Era ruim demais e uma noite virou lobisomem e saiu pelo mundo assustando gente. Agora ele vive procurando o lugar da casa dele que era aqui no morro. Ele ainda quer capar negro. (AMADO, 1975, p. 32).

A explicação do personagem acerca do morro demonstra o fato histórico justaposto à referência aos senhores das fazendas, tendo em vista a sociedade colonial e escravista no Brasil, que além de submeter o negro ao trabalho forçado, esses eram usados também como reprodutor de escravos, como afirma Freyre (2003), pois explica que, motivados por interesses econômicos, os senhores favoreciam práticas sexuais, a fim de aumentar o seu “rebanho” de escravos. Desse modo, a narrativa se encaminha para um aparato histórico da escravidão, questões como essa vão sendo retomadas. Os trabalhadores negros do morro diziam que não eram mais escravos, outros argumentavam que todo pobre ainda é escravo, porém,

o narrador onisciente relata que Antônio Balduino só pensava que ele não iria ser escravo, em uma luta constante contra a opressão.

Na região do Morro do Capa Negro existiam alguns ofícios específicos, em sua maioria, serviços pobres, como argumenta o próprio narrador. Os homens trabalhavam no cais ou nas fábricas, eram sapateiros, alfaiates ou barbeiros. As mulheres negras vendiam comidas típicas baianas, como mungunzá e acarajé, além de lavarem roupa e cozinhareem para casas ricas em bairros nobres. E já, desde pequenos, os garotos também ajudavam. Serviriam como engraxates, levariam recados ou venderiam jornais, e alguns até seriam criados por famílias com dinheiro. Nesse sentido, o narrador parece descrever a casa-grande e a senzala contemporânea através do ofício dos moradores do morro. Esses chamados subempregos representam a senzala, composta por aqueles que serviriam aos senhores da casa-grande, onde as mulheres saíam da sua condição de escravizadas para o trabalho doméstico, pois ali, a única tradição era a “escravidão ao senhor branco e rico”. (Amado, 1975, p. 26). Em contrapartida, a casa-grande, os bairros “chiques”, seriam compostos por engenheiros e políticos.

É notória essa divisão racial do trabalho pós-escravidão, visto que além das questões de substituição de mão-de-obra enfrentada pelos negros, houve ainda uma questão discriminatória através de estereótipos atribuídos a sua capacidade, reforçando o lugar que seria destinado os negros livres e a estrutura de poder que seria lançada na sociedade de classes. Dada a sua origem social e o crescimento econômico, os negros conseguiam ocupações somente em ofícios subalternos, o que manifestava mais ainda a desigualdade social entre brancos e negros. Fernandes (2008, p. 62) argumenta que “para o negro e o mulato a sociedade de classe permanecia não igualitária e fechada”.

Sendo assim, é relevante a passagem no qual o narrador relata o destino dos garotos negros:

Já sabiam do seu destino desde cedo: cresceriam e iriam para o cais onde ficavam curvos sob o peso dos sacos cheios de cacau, ou ganhariam a vida nas fábricas enormes. E não se revoltavam porque desde há muitos anos vinha sendo assim: os meninos das ruas bonitas e arborizadas iam ser médicos, advogados, engenheiros, comerciantes, homens ricos. E eles iam ser criados destes homens. Para isto é que existia o morro e os moradores do morro. (AMADO, 1975, p. 26).

Se essa desigualdade racial permanece dentro do contexto da sociedade em meados do século XX, é devido justamente aos mecanismos subjacentes que reproduzem a mesma estrutura social de séculos anteriores. O morro é somente uma das fraturas deixadas pela falta de acesso a oportunidades desses moradores. O que Jorge Amado parece anunciar é o que Nascimento (1978, p. 85) argumentava, que “a raça determina a posição social e econômica na sociedade brasileira”.

Antônio Balduino desde o início do romance aparece contrário a esses moldes econômicos e sociais, ele queria ser dos homens livres do morro, “dos que serviriam de exemplo aos homens negros, brancos e mulatos, que se escravizavam sem remédio” (AMADO, 1975, p. 27). Não seguiria as carreiras dos filhos do morro que era “a escravidão das fábricas, do campo, dos ofícios proletários” (Idem, p. 23). A questão da passagem da escravidão para o trabalho assalariado é colocada ao fazer menção de que todos os pobres ali do Morro do Capa Negro ainda estavam sendo escravizados. Todavia, Jubiabá e Zé Camarão aparecem como os dois únicos negros livres dali, um por carregar a cultura e a religião negra em um país onde o catolicismo é predominante e determina quem é superior ou inferior. O outro, por justamente se opor ao trabalho, não se adaptando ao destino que lhe era imposto, conhecido por ser malandro e desordeiro, o “ofício” daqueles que não trabalhavam e viviam livres pela cidade.

No capítulo “ABC de Antônio Balduino” é descrito a vida desses malandros, “vivem do que aparece, cantam nas festas, dormem pelo areal do cais, amam as mulatas empregadas, não têm horário de dormir e de acordar” (AMADO, 1975, p. 210). O personagem Zé Camarão nunca trabalhou, era valente e cantava histórias de cangaceiros ao violão, e por isso, era referência para Balduino, que tinha como única escola as histórias contadas nas noites do morro.

Quanto a essa carreira de malandro, Fernandes (2008, p. 224) argumenta que “todos reconhecem que a vida nos cortiços e a frequência fortuita ou contínua de rodas de desocupados incentivavam nos jovens o “ideal de ser malandro”. E aqueles indivíduos que não foram socializados no meio operário e no trabalho assalariado, muitas vezes devido à exclusão e falta de aptidão, desajustavam-se, e tinham como destino a “vadiagem” e a “mandragem”, pois não havia incentivo também para se integrar na sociedade, ou achavam que não compensava o trabalho

assalariado, não era deletável essa forma de “escravidão não declarada, sem compensações atraentes e decisivas” (FERNANDES, 2008, p. 189).

Dessa forma, essa desorganização social contribuía para a marginalização desses indivíduos e para esse ideal de ser malandro, assim como a criminalidade é também uma das “carreiras” descritas no romance. Após sair da casa do comendador, Antônio Balduino foi para as ruas, no capítulo “Mendigo” é descrito que ele vivia livre na cidade da Bahia, era dono e fiscalizava tudo que acontecia ali, e esse era o seu emprego. Acompanhado de outros meninos brancos, negros e mulatos, eles mendigavam e cometiam pequenos delitos. Concomitante a isso, Fernandes (2008) em seus estudos sobre a integração do negro na sociedade, afirma que as dificuldades do negro para se incluir no meio profissional e a falta de mecanismos assistenciais, corroboram para que os negros e pobres recorressem à mendicância e à prostituição. Além de apontar também que os malandros roubavam como forma de defesa, e que essa afirmação “condensa, sobriamente, a justificação extrema da preferência e a natureza da oportunidade que os indivíduos viam diante de si” (FERNANDES, 2008, p. 277).

A respeito dessa tentativa dos negros e pobres se inserirem na sociedade e no mercado de trabalho, ocorre ainda outra alternativa, não de ocupação, mas sim, relacionada a frustração de não conseguir um lugar na sociedade. Logo, negros e mulatos confrontados com essa dificuldade recorriam ao vício como forma de refúgio. Pais de família sem alternativas entregam-se a ociosidade e tendem também a agressividade, como o pai do personagem Sem Dentes que quando desempregado “matava as mágoas na garrafa de cachaça” (AMADO, 1975, p. 62).

Além do vício, a narrativa descreve também o suicídio como forma de evasão para aqueles que estavam desempregados e sem meios de sobrevivência. Essa outra via é descrita através da morte do velho Salustiano, que vinha passando fome desde que ficou desempregado, pois não dava mais conta dos serviços. Mais uma vez, é feita a comparação com a escravidão: “– Comem nossa carne e depois não querem roer os ossos. No tempo da escravidão, pelo menos, roíam os ossos...” (AMADO, 1975, p. 60). Houve também a morte de Viriato, o Anão, que mendigava junto com Balduino e sem mais perspectivas na vida, também se jogou no mar. Fazendo uma associação com a escravidão no Brasil, o suicídio nessa época manifestava-se ou como revolta ou como abatimento das condições escravistas.

Segundo Freyre (2003), muitos escravos se suicidaram comendo terra, enforcando-se ou envenenando-se, isto significa que houve também resistência por parte dos africanos que não queriam se submeter ao regime escravista. Para Nascimento (1978, p. 59), o escravo ia perdendo a vontade de viver, sem esperanças “ia morrendo aos poucos, se acabando lentamente...”.

Assim, a escravidão é destacada como trabalho árduo até o fim da vida, enquanto a sociedade capitalista e industrial rejeita aqueles que parecem não contribuir para a produção do capital e substituem a sua força de trabalho por outra com melhores capacidades físicas, propícia a gerar lucros. Dessa forma, podemos inferir que o autor versa pela questão da força de trabalho dos negros como mercadoria, ou seja, o trabalho assalariado no contexto do romance é descrito como semelhante àquele do período da escravidão, no qual os escravos eram considerados mercadoria para o seu senhor, gerando um processo que mantém as velhas estruturas sociais.

Ao abordar essa imobilidade do negro frente as suas oportunidades, o romance vai traçando também a discriminação que esses sofriam até quando tinham a oportunidade de ascender profissionalmente. Assim que sua tia morre, Antônio Balduíno é levado para a casa do comendador, um português que criaria o menino do morro. Lá ele lavava pratos, ia às feiras e levava também recados. Sendo assim, estavam logrando mão-de-obra barata, como afirma Fernandes (2008) ao descrever os garotos que eram adotados pelas famílias ricas. O comendador, porém, queria mudar a sorte do menino, e desejando levá-lo para trabalhar em seu armazém, foi logo reprimido pela cozinheira racista da família que arranhou um meio de desmoralizar Baldo, a partir daí o menino fugiu da casa.

A cozinheira Amélia era uma portuguesa que cuidava de Balduíno, ao mesmo tempo em que o repreendia e dava-lhe palmadas. Nesse sentido, Amélia dizia sobre Balduíno “negro é uma raça que só serve para ser escravo. Negro não nasceu para saber” (AMADO, 1975, p. 42). Ela não compreendia o porquê de os patrões protegerem o menino, o que lhe causava revolta. Sendo assim, o autor parece versar sobre essa resistência dos brancos em admitir o emprego de negros e mulatos em posições que fossem além daquelas subalternas e braçais. Assim como o diálogo colocado, na sociedade de classes havia o preconceito de que o negro “não nasceu para essas coisas”, tendo que prestar contas a todo o momento ao

ofício da escravidão, ao seu senhor e até mesmo ser grato por conceder-lhe alguma posição na sociedade, como bem explica Nascimento, que afirma que “tradicionalmente se espera que os negros sejam gratos aos brancos por generosidades que lhes foram concedidas, e que continuem dependendo dos brancos que agem como patronos e benfeitores deles” (NASCIMENTO, 1978, p. 45).

Dessa maneira, é nas ruas que Balduino irá usufruir da sua liberdade, é lá que também irá sofrer a violência policial comum contra os grupos marginalizados. Ao defender a ordem social no início do século XX, através do governo provisório de Getúlio Vargas, o aparelho policial passa a ser controle desse Estado, que tende a usar da violência contra aqueles que se opõem aos valores atribuídos aquela sociedade. Assim, como um dos valores daquela sociedade era o trabalho e a disciplina, aqueles que estavam nas ruas sem ofício eram considerados símbolos da desordem e da imoralidade. Fernandes afirma que o negro livre era considerado como um perigo público, “a suspeita generalizada de que o homem fosse “desordeiro” ou “gatuno” e a mulher “vagabunda” ou “puta” engendrava esses comportamentos” (FERNANDES, 2008, p. 213). A partir daí percebemos que não só existiam estereótipos que impediam a inserção do negro no mercado de trabalho, mas que esses também eram reforçados por outros aparelhos do Estado, compondo assim um ciclo que discriminava o negro em vários aspectos.

Quanto a esse episódio, é descrito que o grupo de Balduino foi preso, não por terem roubado algo, e sim por serem malandros e desordeiros: “Vieram soldados e traziam chibatas de borracha. E eles foram espancados sem saber por que, pois nada lhes disseram. Ganharam assim a sua primeira tatuagem” (AMADO, 1975, p. 64). Ainda que a cidade pareça transfigurada como ambiente de liberdade para o personagem, pode-se dizer que ainda assim era marcada pela mesma escravidão que Antônio Balduino queria fugir. Ele ficou preso e foi espancado até sangrar sem saber o motivo daquela conduta. O autor versa mais uma vez pelo passado e sofrimento dos negros, a chibata parece ser a memória daqueles marinheiros que causaram revoltas em 1910 e que eram, em sua maioria, negros recém-libertos que também sofriam castigos físicos mesmo após alguns anos da abolição. Porém, aqui no romance, os negros ainda não tinham adquirido consciência para gerar a revolta.

Nesse contexto, a memória desse passado ressurge a partir do momento em que o narrador relata as marcas nas costas de Damião, ele declara que “nas suas

costas estão as marcas do chicote. Fora surrado nas fazendas, andara nos troncos no tempo da escravidão” (AMADO, 1975, p. 80). Essas marcas são colocadas em contraposição às tatuagens apresentadas pelo marinheiro Rosado, enquanto o chicote tatuado por ele tinha sido feito através de um procedimento voluntário como forma de arte e resistência, aquelas marcas nas costas de Damião foram feitas a partir do sofrimento das velhas maneiras de dominação contra o negro. Sendo assim, ao descrever que Antônio Balduino e os outros tinham as suas primeiras tatuagens, o narrador a configura como forma de violência que fora transplantada dos antigos troncos e que o Estado a admitia novamente.

O personagem Antônio Balduino, na recusa pela condição opressiva, passa a viver de sambas que vendia para um homem branco que ficava cada vez mais famoso se aproveitando de Balduino. Conforme argumenta Kowarick (1994, p. 56) anos após a abolição, “quem não era forçado a trabalhar o fazia quando estritamente necessário.” À vista disso, no romance é descrito que o personagem Joaquim “trabalha três, quatro dias por mês, quando tem vontade.” (AMADO, 1975, p. 210). E assim, Balduino e seus amigos viviam “naquela vida gostosa de não fazer nada, de viver à solta pela cidade que dorme.” (AMADO, 1975, p. 210). Mas tudo muda quando Balduino torna-se lutador de boxe, o herói após várias vitórias perdeu uma luta e a partir daí viu-se sem rumo, com uma grande angústia, não tinha mais um destino. Como consequência, o personagem passa a ter vivências que contribuem para a sua tomada de consciência, uma delas é a proximidade com os trabalhadores das fábricas e das plantações de fumo no Recôncavo Baiano.

Como já foi mencionando, um dos ofícios descritos no romance para aqueles que viviam à margem da sociedade, como os moradores do Morro do Capa Negro, era o trabalho nas fábricas. Nas fábricas de charutos o ofício é descrito como árduo e duro, só havia trabalho para as mulheres, pois os homens tinham a mão grossa demais para aquele serviço. Então, restava-lhe a pesca como forma de sobrevivência e auxílio em casa. De acordo com Hardman e Leonardi (1982), por volta de 1920, a fábrica de Charutos Costa, localizada na Bahia, já empregava cerca de 1.300 operários, o que revela um grande número de trabalhadores dependentes desse ramo nesta região. Porém, os autores salientam a intensa jornada de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores das fábricas, além dos artifícios usados para aumentar a produtividade:

O aumento da produtividade do trabalho era também alcançado através da intensificação da cadência das máquinas e da coação extra-econômica e violenta (castigos corporais, ameaças, dispensas do emprego, multas, rígida disciplina do trabalho etc.). Neste aspecto, no Brasil, a autocracia do capital e do sistema de máquinas ganhava contornos extremamente primitivos e bárbaros, próprios de uma burguesia como a nossa, filha legítima do agrarismo escravagista, súdita menor da expansão imperialista dos monopólios. (HARDMAN; LEONARDI, 1982, p. 136).

Por esse ângulo, Amado parece figurar a vida dos trabalhadores nas fábricas, os quais enfrentavam corriqueiramente as multas para punir qualquer gesto de indisciplina, por isso, as mulheres saíam do serviço “conversando em voz baixa, ainda com medo das multas por causa das conversas nas fábricas.” (AMADO, 1975, p. 114). Havia mulheres doentes e tristes que fumavam “charutos baratos, depois de terem fabricado charutos caríssimos.” (AMADO, 1975, p. 113). Com uma espécie de denúncia as mazelas sociais e a representação da vida do pobre e do negro que vivem em uma situação de mera subsistência, o autor irá apontar também a grande desigualdade social, visto que uma minoria detém o poder e usufrui de privilégios. Os filhos dos donos das fábricas “falam na salvação da Alemanha pelo hitlerismo na próxima guerra mundial que eles vencerão. [...] Uma criança interrompe o jantar e diz: Uma esmola que minha mãe está morrendo.” (AMADO, 1975, p. 114).

Em contrapartida ao que seria o moderno trabalho nas fábricas, o trabalho nas plantações de fumo, no qual é matéria-prima para os charutos, é retratado como forma de comparação aquele que deveria ser o modelo de regime trabalhista contemporâneo. Nas plantações, o trabalho se assemelha aquele desenvolvido nas fábricas, trabalho braçal, através da colheita manual no campo:

As mãos se baixavam e se levantavam num certo ritmo sempre igual. Pareciam pessoas que choravam. E aquele trabalho dava uma dor nas costas, dor fina e prolongada que ficava pela noite adentro, magoando. Zequinha passava olhando o serviço, dando ordens, brigando. Montes de folhas de fumo se juntavam e, quando a tarde vinha, as mãos dos homens haviam ganho dez tostões que eles não viam, porque já deviam ao patrão quantias desconhecidas. (AMADO, 1975, p. 122-123).

Assim, o regime de trabalho que punia o trabalhador por meio de multas, além de causar-lhe doenças e o deprimir, é visto como um sistema arcaico em contraposição ao desenvolvimento industrial. Do mesmo modo, as mudanças ocorridas na sociedade no final do século XIX e início do século XX, aparecem à medida que os trabalhadores rurais das plantações de fumo, necessitam submeter-

se ao degradante trabalho braçal para garantir o seu sustento, que antes podia ser retirado através do produto do seu trabalho nas atividades do campo.

Sendo assim, muitos se submetem ao trabalho infantil, como é o caso da personagem Arminda, que necessita trabalhar nas plantações para sobreviver, ou submeter-se a ser uma das mulheres da rua. Outra característica dessa dicotomia entre o trabalho do campo e da cidade é o fato que nas fábricas, o controle do tempo trazia garantia de maior produtividade, assim como no campo é reforçado também através do patrão ou capataz que dava ordens. Do mesmo modo, os trabalhos de ambos os locais não necessitam de tanta qualificação, estando sujeitos a esses serviços às camadas mais baixas que não encontram oportunidades no mercado de trabalho.

Ainda no capítulo “Mão”, que faz uma analogia ao instrumento de trabalho daqueles plantadores, é descrito que “as mãos que antes davam o pão, davam agora a alegria na terra sem mulheres.” (AMADO, 1975, p. 123). É através das mãos que os trabalhadores tiram o sustento e também se divertem nas noites, cantando e tocando violão. Porém, o capítulo se encerra com um acidente no qual o personagem Ricardo irá perder seu instrumento de trabalho e diversão: “Estendeu as mãos para a frente, mas antes que jogasse a bomba ela estourou levando-lhe as mãos e os braços, encharcando o rio de sangue. Ricardo olhou os cotos dos braços e era como se houvesse se suicidado.” (AMADO, 1975, p. 124). Agora, a única alternativa que o mulato Ricardo encontra é viver em Cachoeira pedindo esmola, nesse caso, há uma percepção bastante ampla do autor a respeito das condições de trabalhadores negros que necessitam do trabalho braçal para a sua sobrevivência.

É no vagão de trem voltando para o Morro do Capa Negro que Antônio Balduino parece ter adquirido inicialmente a consciência da sua situação, o personagem passa a ouvir as histórias de uma mulher da vida, de um ex-soldado e um velho que havia perdido tudo, então ele diz: “– A vida de pobre é vida desgraçada...Pobre é mesmo que escravo...” (AMADO, 1975, p. 144). Ali, todos se queixam da vida “– Pobre tem que sofrer... Uns nasce pra gozar: são os ricos. Outros pra sofrer: são os pobres. Isso é assim desde o princípio do mundo.” É a partir desse momento que Balduino parece ter adquirido alguma consciência proletária, pois ele relata o sofrimento que vivenciou nas plantações de fumo: “– Eu

vim de um lugar, meu tio, onde o povo era muito desgraçado... Ganhava deztão por dia...". (Idem, p. 147).

Apesar do constante sofrimento do trabalhador pobre e negro, é através da religião que muitos se apoiavam. Jubiabá, o personagem que dá nome ao romance, é descrito como um pai de santo muito respeitado por todos do morro, curava além de doenças, algumas moléstias da vida, uma espécie de refúgio e força para aquela população prosseguir a vida que levavam. Foi o pai de santo quem contou sobre a vida de Zumbi dos Palmares para Antônio Balduino, que daí em diante passou a ser o seu herói. Através da história de Zumbi do Palmares, o qual sofreu e morreu na luta contra a escravidão desejando ser livre, que o autor irá corroborar ao longo do romance o desejo de Balduino de ser livre e a sua repugnância aos homens brancos: “– Pode ser heresia, minha gente... Mas a vontade que esse negro que está aqui tem é matar os brancos todos... Matava e não tinha pena” (AMADO, 1975, p. 116).

Para Duarte (2018), Jorge Amado faz uma tentativa de aproximar o protagonista a um dos símbolos mais importantes da história brasileira, pois assim como o personagem Balduino faz o ABC de Zumbi dos Palmares, Amado faz o ABC de Antônio Balduino.

[...] o autor faz mais do que um resgate, uma apropriação; traz do passado o exemplo de Palmares para servir de referência às lutas do presente, utilizando a poesia popular como elemento mediador. Mais uma vez, temos revelado o intuito que move o romance proletário em se configurar enquanto história do oprimido, contraposta à história oficial. (DUARTE, 2018, p. 189).

Desse modo, assim como o seu herói, Balduino também dizia que em tempo algum se entregaria à polícia, manifestando que um negro valente não se mata a não ser para escapar dos sofrimentos do cativeiro. O personagem realiza ainda um ABC de Zumbi, no qual conta o fato dele pular do morro para não ser escravo. Tal fato, aparece como forma de resistência, pois o ABC era cantado por todos os malandros e negros da cidade.

Após expor os ofícios e empregos que restavam para aquela população, e a vida solta que Antônio Balduino levava como alternativa aquela marcada pela escravidão, o autor irá expor a vida do personagem alçado à condição de herói como um proletário, que trabalha agora como estivador no lugar de Clarimundo, que morreu debaixo de um guindaste no cais do porto “[...] (ele carregava um fardo e não

podia olhar para cima), e deixava a mulher com quatro filhos pequenos” (AMADO, 1975, p. 195). O narrador parece fazer referência ao fardo da vida e do trabalho, no qual Clarimundo tinha que suportar para sustentar a família, assim como os demais proletários que viviam diariamente sujeitos a esses acidentes de trabalho e sem nenhum suporte para os familiares, que viviam da ajuda daqueles que se solidarizavam.

Hardman e Leonardi (1982, p. 138) em seus estudos sobre o proletariado na primeira metade do século XX, afirmam que não havia para os operários “aposentadoria, pensão para familiares, férias ou semanal remunerado, indenização por doenças ou acidentes de trabalho.” Desse modo, a ação dos sindicatos e das redes solidárias dentro da classe operária era de fato essencial para a sobrevivência desses trabalhadores, revelando-se como a união de uma classe social.

Com base nisso, Balduino se questionava e avaliava as oportunidades que lhes eram dadas:

De que valia trabalhar, viver debaixo dos fardos carregando os navios? Depois morria e deixava os filhos sem ter de que viver. O velho Salustiano pegara e se jogara na água. E foi de tanto pensar nestas coisas que Viriato, o Anão, se matara numa noite de temporal. (AMADO, 1975, p. 195).

A morte passa a ser uma alternativa para Balduino, o caminho alternativo para a liberdade. Passa a compreender porque tantos negros entraram no mar e se suicidaram. E com a morte de Lindinalva o personagem vive esse dilema, mas através do filho de sua amada é que Antônio Balduino decide entrar para a estiva, seria “escravo da hora”. Esse acontecimento é marcado como o declínio do negro Balduino, que antes era descrito como livre e agora só tinha como opção o trabalho escravo e o mar: “Os guindastes fazem escravos, matam os homens, são inimigos dos negros e aliados dos ricos. O mar faz libertos. Será um mergulho só e terá tempo para soltar sua gargalhada” (AMADO, 1975, p. 214). Essa recusa do personagem a se entregar aos moldes capitalistas de regime de trabalho, tem a ver com a transição da escravidão para o trabalho livre, que é observado nos estudos de Moura (1988):

O aparelho de dominação remanipula as ideologias de controle e as instituições de repressão dando-lhes uma funcionalidade dinâmica e instrumental. Saímos, então, da mitologia do bom senhor e de toda a sua escala de simbolização do passado para a democracia racial atual, estabelecida pelas classes dominantes que substituíram a classe senhorial. (MOURA, 1988, p. 55).

Ao encontro dessa proposição, Jorge Amado tende a classificar o trabalho realizado pelos negros como uma pós-escravidão, dispondo esses sujeitos aos velhos instrumentos de dominação das classes dominantes. Porém, é nessa condição que o protagonista passa a encontrar o sentido da luta. Balduino entra para o sindicato e em prol da greve por melhores condições para os trabalhadores. Bueno (2002, p. 267) afirma que a partir daí o personagem deixa de ser malandro e torna-se “homem integrado ao sistema econômico que percebe a necessidade da luta coletiva.” Ainda assim, foi preciso que o personagem trabalhasse nas plantações de fumo, presenciasse o trabalho das mulheres nas fábricas, e por fim, o trabalho como estivador para que se tornasse um militante.

Logo, a greve passa a ser não só uma aventura, mas lhe confere uma condição de consciência, pois ali Balduino soube que o trabalhador poderia deixar a sua condição de escravo e agora os olhava com respeito. Soube que não adiantaria mais rezar nas macumbas de Jubiabá, pois os ricos fechariam e prenderiam a todos. Ele queria ganhar um pouco mais de liberdade, emancipação diversa daquela que ele tinha, no qual nada adiantou, pois continuava submetido à escravidão. Porém, com a greve, havia esperança de ganhar um pouco mais de autonomia, era uma luta distinta, como explica Bueno (2002):

Diferentemente do que fora narrado no capítulo “Fuga”, a nova luta de Balduino deixa de ser a procura de uma saída para si próprio e passa a ser uma saída para si somente na medida em que seja uma saída para sua classe, já que agora ele passa a integrar uma classe. (BUENO, 2002, p. 267).

Ainda assim, a todo o momento aparece no romance o questionamento da greve e do lugar dos negros, pobres e operários, como sujeitos que querem perturbar a ordem imposta, ou ainda do negro que só serve para escravo. Nesse sentido, é reforçada a ideia de que os trabalhadores eram como escravos: “meu pai foi escravo, eu também fui escravo, mas não quero que os meus filhos sejam escravos...” (AMADO, 1975, p. 221). Ainda que nem todos ali fossem negros, é corroborada também a concepção de que todo pobre passou a ser negro, pois estariam submetidos às mesmas condições de exploração. E é nesse sentido que Amado coloca-se ao lado do proletariado e dos negros, com uma visão da sociedade dividida em classes, na qual negros e brancos pobres ocupam uma posição semelhante. Para Duarte, Amado acaba por “enquadrar a negritude no discurso

partidário, pelo qual a determinação econômica iguala os indivíduos, independente de credo ou cor” (Duarte, 2018, p. 191). Nesse caso, o autor tende a reforçar a tese da mestiçagem como solução nacional para os conflitos raciais brasileiros.

Da mesma maneira, os brancos e estrangeiros da classe alta são descritos como aproveitadores, tais quais os representantes da companhia, que acreditavam que os operários eram ignorantes e que fossem influenciados pelas “invenções de homens alheios ao meio.” (AMADO, 1975, p. 225). E através dessa concepção, o advogado dos operários é caracterizado como um aproveitador, que tinha interesses políticos e pessoais, os quais estariam acima daqueles dos operários.

Jorge Amado perfaz todo o trajeto da luta proletária no final do romance, o apoio dos estudantes de Direito à greve, a referência a uma revolução proletária “A gente é muito, eles são poucos. A gente acaba governando eles” (AMADO, 1975, p. 228). Cita ainda o sofrimento daqueles dias de greve, os quais só completavam a angústia pela falta do que comer, além de mencionar as greves do Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe que serviam de referência para a greve baiana. A união e a agitação dos operários na tentativa de conseguir vencer a greve e a intervenção do Estado que de toda forma tenta barrá-la, seja pela substituição de mão-de-obra, seja pela repressão da polícia aos operários, que usavam de máxima violência para prendê-los e acabar com a luta grevista mencionando que “a polícia prendera vários operários e queria obrigá-los a trabalhar debaixo de pancadas” (AMADO, 1975, p. 244).

É nessa luta que Balduino aprende o que os ABC ensinavam, e que o herói pôde ressignificar as histórias contadas por Jubiabá no Morro do Capa Negro. Inicialmente, esse ambiente aparece como forma de resistência para o personagem, que vivenciando a miséria e a marginalização dos negros e pobres que ali viviam, sabia desde cedo que não iria se submeter a essa forma de trabalho transplantado de um passado que a todo o momento é colocado em questão no romance. Os trabalhadores que antes eram mencionados como escravos são recolocados com a ideia que “os trabalhadores são escravos, mas estão lutando para se libertar” (AMADO, 1975, p. 247).

Dessa forma, Amado cria uma narrativa que configura a luta dos trabalhadores negros e marginalizados, como uma forma de escravidão moderna, através da luta diária vivenciada por esses sujeitos no campo e na cidade. Ainda

assim, no campo ainda não havia a mesma perspectiva da luta operária como aquela organizada na cidade. O protagonista reconhece essa diferença ao afirmar que os operários “se quisessem não seriam escravos. Se os homens das plantações de fumo soubessem, também fariam greve” (AMADO, 1975, p. 221). Hobsbawm sinaliza a diferença entre o proletariado e os camponeses, para esses últimos é exigido que a consciência de classe “lhes seja importada de fora”, no entanto, para a classe operária, essa consciência tende a “desenvolver-se espontaneamente dentro da classe operária.” (Hobsbawm, 2000, p. 47).

Rossi (2009) afirma que a presença quase obrigatória das greves nos finais dos romances de Jorge Amado é o momento em que os personagens ascendem para a consciência e a solidariedade de classes. Assim como é uma estratégia do autor externalizar a sua crítica e militância a respeito da sociedade vigente.

Com um olhar sociológico aguçado, Jorge Amado soube encontrar em nossa formação étnico-racial e em nosso passado escravista repertório e matéria-prima expressivos para analisar as desigualdades da moderna sociedade brasileira. Esteve, portanto, atento ao fato de que abordar a divisão entre ricos e pobres no Brasil significava falar do lugar e da inserção dos antigos escravos negros no regime capitalista: ou melhor, de uma parcela da população brasileira que se mostrava duplamente oprimida, como raça e como classe. (ROSSI, 2009, p. 28).

Dessa maneira, a luta transfigurada através do personagem Balduino, só passa a ganhar um novo rumo, a partir do momento que o personagem percebe que a “revolta dos que estavam escravos” e a consciência de sua classe são o ponto decisivo do movimento da História em disputa, evidenciando a apropriada luta de sobrevivência dos negros para então julgarem-se libertos dessa nova/velha forma de escravidão. Assim como afirma Hobsbawm (2000, p. 34) que “uma classe, em sua aceção plena, só vem a existir no momento história em que as classes começam a adquirir consciência de si próprias como tal.” Para tal confirmação, Amado escolhe como protagonistas aqueles personagens marginalizados, negros que foram escravizados ou descendentes desses, para então configurar a busca pela autêntica abolição, no seio de uma sociedade que admite o trabalho livre e assalariado, mas com pressupostos capitalistas descaradamente expropriadores.

CONCLUSÃO

Os dois romances aqui analisados revelam uma proximidade aos aspectos inerentes a formação social brasileira. A representação do trabalhador negro parte da percepção que a Abolição deixava uma fratura histórica, no qual não havia integrado o negro na sociedade, excluindo-o do processo de modernização, e revelando esse processo como conservador, no qual não ocasionou uma ruptura com a sociedade escravista, mas sim, continua a adotar as mesmas formas de exploração na organização do trabalho assalariado através de um capitalismo tardio.

Dessa forma, Jorge Amado e José Lins do Rego, advindos de uma sociedade patriarcal do interior do Nordeste brasileiro, presenciam a passagem do vetor econômico brasileiro do campo para a cidade, assim como a formação de uma massa proletária urbana, daí a necessidade de projetar os personagens no ambiente rural e urbano. No romance *O Moleque Ricardo*, é relatado a apatia de Ricardo no engenho, que ainda vê o contexto rural com melhores condições de vida do que daqueles trabalhadores que viviam na cidade. À vista disso, Rego vê a necessidade de transportar o personagem para o cenário urbano, que é onde Ricardo adquire a consciência proletária. Tal concepção é relatada também em *Jubiabá*, no qual manifesta também o desalento dos trabalhadores das plantações de fumo, sem a consciência da urgência de mudanças substanciais.

Nesse sentido, os dois romances também se assemelham, no que se refere às condições desses trabalhadores negros e as ocupações que esses personagens empregavam. Esse aspecto é mais marcante na obra de Amado, que não só relata os subempregos que a massa marginalizada tinha a sua disposição, mas também, se preocupa em relatar as adversidades enfrentadas por aqueles que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho, entregando-se a bebida, ou ainda, ao mar, como é descrito pelo narrador. José Lins do Rego, ao contrário, deixa implícita essa forma de fuga dos negros, e prefere relatar a miséria as quais estes estavam submetidos, mas também expressa consciência em relação àqueles que, desempregados, se submetiam ao roubo para ter o que comer.

A desigualdade social aparece então como figuração perene dessa sociedade, que perpetuou o modo de dominação colonial. Nos dois romances é evidente essa questão à medida que retorna ao passado, e afirma a superioridade

dos brancos em relação aos negros, como forma de fazer uma comparação entre a casa-grande e a senzala, que ganha conotação reformulada também na industrialização e modernização do país.

O *Moleque Ricardo*, enquanto romance satélite do ciclo da cana-de-açúcar, parece ter como principal preocupação essa transição do trabalhador do eito para a cidade, configurando-o nessa figura do proletário urbano, assim como ocorreu com o chamado êxodo rural, no qual convertia os trabalhadores do campo em assalariados miseráveis. Assim, José Lins provoca essa dicotomia entre o alugado e o empregado, que na sua maneira de ver, os dois casos apresentariam muitas características semelhantes. Já o romance *Jubiabá*, centra-se mais na questão do passado escravista, do trabalhador negro que era explorado desde o tempo colonial e que se via preso novamente a essa vida. Através do personagem Balduino, expressa uma dicotomia entre liberdade e escravidão, e nesse contexto, preocupa-se em projetar a formação da consciência do negro livre para as lutas operárias.

Os personagens centrais das duas narrativas, apesar de se engajarem nas lutas proletárias no final do romance, são desenvolvidos de forma distinta. Enquanto o personagem Ricardo revela-se submisso mediante à sociedade e ao processo de trabalho que se desenvolvia, Balduino apresenta uma maior consciência da exploração e negava-se a realização do trabalho. Dessa forma, o protagonista de *Jubiabá* reluta a essa tradição de servir aos brancos e ricos, pois ele já cresce desenvolvendo uma luta interna e percebendo através das histórias contadas no morro, o futuro que não queria ter. Dessa forma, percebemos que o personagem Ricardo, apesar de crescer com o trabalho semiescravo do engenho, ainda é um ser alienado de sua situação, e que só se insere na luta de classes a partir do momento que vê a miséria dos seus companheiros e a sua crescente angústia na vida urbana.

A trajetória do trabalhador negro no ambiente urbano aparece cercada de meios que os marginalizam, desde as moradias, como os morros e mocambos, além dos ofícios, que em sua maioria, são trabalhos braçais, como os desenvolvidos pelos protagonistas. Ocorre então uma preocupação dos romancistas em expressar tais estigmas do período de 30 e as mudanças socioeconômicas e políticas, assim como argumenta Lafetá (2000, p. 26), o qual afirma que é preciso pensar o modernismo articulado com a economia capitalista do país, porém, tais mudanças ocorridas surgem antes da Abolição, “com o emprego do trabalho assalariado, e

passam pelos sucessivos surtos de industrialização, pela política do Encilhamento, pelas várias levas imigratórias, pelas inúmeras agitações operárias do começo do século”. Esse episódio, segundo o crítico, vão em direção à complexidade do país em vários setores, com o crescimento, por exemplo do operariado, que “sabe, às vezes, demonstrar sua agressividade.” (Idem, p. 26).

Nesse sentido, Jorge Amado e José Lins do Rego procuram inserir o negro na luta operária e procuram também mostrar a violência institucional do Estado para com os trabalhadores, os sindicatos aparecem constantemente como inimigos do governo. A greve é constituída como luta dos pobres, ou até mesmo, uma luta de classes. Os trabalhadores de *Jubiabá* se veem no dilema de serem ou não escravos, enquanto os trabalhadores do romance de Rego têm como impasse a fome e a miséria, que só acresce com a efetiva participação na greve.

As religiões afro-brasileiras ganham destaque nesse processo de consciência do trabalhador negro, Jubiabá e Seu Lucas que são descritos como pais-de-santo são figuras opostas. Enquanto o primeiro ensina sobre as lutas e revoltas negras, o último aparece sem consciência, vítima de uma alienação na qual se achava que o negro não poderia almejar a sua ascensão social. Para tanto, os dois desconhecem a luta contra a reprodução dos moldes escravistas que se perpetuava através do trabalho livre. Nesse sentido, os autores admitem que a luta dos trabalhadores vai além da consciência de sua cultura e raça, mas transcende esse panorama.

Dessa forma, ao final dos romances, as lutas operárias ganham contornos diferentes, o autor de *Jubiabá* aposta na vitória dos operários e na satisfação do personagem Balduíno de se integrar na greve em prol de todos os trabalhadores, que o salva do destino daqueles que se viam explorados e sem rumo. Enquanto que José Lins apresenta uma visão mais derrotista: os trabalhadores são mais uma vez vítimas do Estado que os vêem como perturbadores da ordem, ao os embarcarem para Fernando de Noronha em um navio semelhante àqueles que transportavam africanos para o trabalho escravo nos séculos XVI e XIX. Tal analogia revela que o trabalhador ainda é visto somente como mercadoria, mesmo no contexto de modernização a qual o país se encontrava.

Hardman e Leonardi (1982, p. 97) afirmam que “no Brasil, a grande indústria surgia no seio de uma sociedade agrária e escravista, o que tornou específico o processo de transição para o trabalho livre e assalariado”. Nesse contexto, os

autores buscam integrar o moleque do engenho e o malandro do morro como proletários urbanos numa recente civilização industrial, marcada a ferro pela profunda desigualdade, procurando expressar a marginalização dos oprimidos no movimento histórico da modernização excludente de nossa sociedade de classes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge. **Jubiabá**. 4. ed. São Paulo: Martins, 1975.

ARANTES, Paulo Eduardo. **Sentimento da dialética**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BARBOSA, P. M. Entre a casa-grande e o mocambo: O Moleque Ricardo no ciclo da cana-de-açúcar de José Lins do Rego. **Literatura e Sociedade**, [S. l.], v. 20, n. 20, p. 6-25, 2015. DOI: 10.11606/issn.2237-1184.v0i20p6-25. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/lis/article/view/107484>. Acesso em: 19 nov. 2020.

BOAVENTURA, Maria Eugênia. **Os dentes do dragão**: entrevistas: Obras Completas de Oswald de Andrade. 1. ed. [S. l.]: Globo, 1990. 264 p. v. 1.

BOSI, Alfredo. **Moderno e modernista na literatura brasileira**. In: _____. Céu, inferno: ensaios de crítica literária e ideológica. São Paulo: Ática, 1988.

BUENO, L. Os três tempos do romance de 30. **Teresa**, n. 3, p. 254-283, 26 dez. 2002.

_____. Experiência rural e urbana no romance de 30. In: **Terceira margem**. Rio de Janeiro. Nº 16. janeiro/junho 2007. pp. 142-156.

_____. **Uma história do romance de 30**. São Paulo/Campinas: EDUSP/UNICAMP, 2006.

CANDIDO, Antonio. **A Educação Pela Noite & Outros Ensaios**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

_____. **Brigada ligeira e outros escritos**. São Paulo: Martins, 1945.

_____. **Literatura e sociedade**. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. Poesia, documento e história. In: _____. **Brigada ligeira e outros escritos**. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 41-55.

CASTELLO; ADERALDO, José. **A Literatura Brasileira**: origens e Unidade (1500-1960). 1. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

CASTELLO, José Aderaldo. **José Lins do Rego**: modernismo e regionalismo. São Paulo: Edart, 1961, p. 157

Castello, José, Jorge Amado e o Brasil In Schwarcs, Lilia; Goldstein, Ilana Seltzer (Orgs.), **O universo de Jorge Amado**: caderno de leituras, São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 10-21.

DECCA, Edgar de. 1930: **o silêncio dos vencidos**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

Duarte, E. (2015). Jorge Amado, crônica e ativismo. **Teresa**, (16), 103-116. Recuperado de <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/115418>

DUARTE, E. de A. O Bildungsroman proletário de Jorge Amado. **Literatura e Sociedade**, [S. l.], v. 23, n. 27, p. 175-195, 2018. DOI: 10.11606/issn.2237-1184.v0i27p175-195. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/lis/article/view/148542>. Acesso em: 16 out. 2020.

DUTRA, Eliana. **O ardil totalitário**. Imaginário político no Brasil dos anos 30. 2. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Globo, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 48. ed. Rio de Janeiro: Global, 2003.

GIL, Fernando Cerisara. **O romance da urbanização**. Porto Alegre: Editora da PUC/RS, 1999.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Global, 1982.

HOBBSBAWM, Eric. **Mundos do trabalho**: novos estudos sobre história operária. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KOWARICK, Lúcio. **A origem do trabalho livre no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

LAFETÁ, João Luis. 1930: **a crítica e o modernismo**. 2 ed, São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

MARQUES, I. Herói fracassado: Mário de Andrade e a representação do intelectual no romance de 30. **Teresa**, n. 16, p. 55-74, 18 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/115414>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política – processo de trabalho e de valorização. 2011. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1867/capital/livro1/cap05/01.htm>>. Acesso em 27 jul. 2020.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do Negro Brasileiro**. São Paulo. Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. [S.l: s.n.], 2006.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PROENÇA, Manuel Cavalcanti. O negro tinha caráter como o diabo!. In: REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo**. 15. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

RAMOS, Arthur. **As culturas negras no novo mundo**. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1946.

RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

REGO, José Lins do. **O moleque Ricardo**. 15. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. A militância política na obra de Jorge Amado. In: SCHWARCZ, Lillian Moritz & GOLDSTEIN, Ilana Stelzer (orgs.). **O Universo de Jorge Amado**: Cadernos de leitura. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTINI, J. Entre o riso e a ruína: humor, romance e regionalismo em José Lins do Rego. **Teresa**, n. 16, p. 175-190, 18 jun. 2015. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/115423>>. Acesso em: 05 jul. 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz. O artista da mestiçagem. In: GOLDSTEIN, Ilana Seltzer e SCHWARCZ, Lília Moritz (Org.). **O universo de Jorge Amado**. São Paulo: Cia das Letras, v.2. 2009.

VEIGA, José Borges da. Mentalidade operária. **O Debate**, Belo Horizonte, p. 6, 21 abr. 1934.

VENUZO, M. T. Classes Rurais e Nordeste: uma Visão de José Lins do Rego. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 12, n. 2, abr-jun, 1972.

VILLAÇA, D. L. José Lins do Rego entre o orgânico e o problemático. **Teresa**, [S. l.], v. 1, n. 20, p. 191-209, 2020. DOI: 10.11606/issn.2447-8997.teresa.2020.154196. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/154196>. Acesso em: 27 out. 2020.